

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E SAÚDE
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

LINDA BEATRIZ DE BRITO

**SERVIÇO SOCIAL E RUPTURA COM CONSERVADORISMO – um estudo
bibliográfico**

GOIÂNIA
2023

LINDA BEATRIZ DE BRITO

**SERVIÇO SOCIAL E RUPTURA COM CONSERVADORISMO – um estudo
bibliográfico**

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial à obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Sandra de Faria

GOIÂNIA

2023

**SERVIÇO SOCIAL E RUPTURA COM CONSERVADORISMO – um estudo
bibliográfico**

LINDA BEATRIZ DE BRITO

Monografia de Conclusão de Curso submetida ao processo de avaliação pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel em Serviço Social, aprovada em XX de dezembro de 2023, atendendo às normas da lei vigente na Pontifícia Universidade Católica de Goiás, orientada pela Prof.^a Dr.^a. Sandra de Faria.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Sandra de Faria
Presidente - PUC Goiás

Prof.^a Me. Lucia Abadia de Carvalho Queiroz
Serviço Social - PUC GOIÁS

Prof.^a Dr.^a Maísa Miralva da Silva
Serviço Social- PUC GOIÁS

GOIÂNIA
2023

Dedico a minha mãe Walquíria Alves de Brito, minha madrinha Daniela Martins e minhas avós Aurora de Brito e Nélia Rosa, mulheres fortes e de princípios que tenho como referência para a vida.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, considero indispensável, agradecer a Deus pela oportunidade da passagem aqui nesta terra para minha evolução espiritual, onde busco ser a melhor que posso das minhas versões relativamente ecléticas. Acredito ainda, que minha formação no curso de Serviço Social e as futuras oportunidades que terei nesta profissão fazem parte e vão agregar nesta evolução.

Agradeço à minha mãe Walquíria de Brito e à madrinha Daniela Martins por todo apoio moral, sentimental e financeiro para cursar e concluir a minha graduação. Agradeço ao meu irmão Marcus Vinícius de Brito por todas as caronas no meu primeiro ano de Universidade em seu corsa marsala. Agradeço ao meu padrasto Fernando Mota, ao meu pai Marco Antônio Rosa, à avó materna Aurora de Brito e à minha avó paterna Nélia Rosa. Todos aqui mencionados são importantes não só nessa etapa que estou concluindo, mas também no ser humano que sou.

Agradeço ao meu namorado Victor Mascimos, independentemente do que o futuro nos reserva, neste presente recente, ele foi essencial para me impulsionar a querer alçar voos mais altos e melhores, começando por finalizar minha formação.

Agradeço aos meus professores por todo conhecimento compartilhado, cada um com suas características particulares contribuíram para compor o perfil de profissional que serei. Sou especialmente grata à professora Dra. Sandra de Faria que me orientou durante o longo processo de produção desta monografia e não desistiu de mim até mesmo quando eu desisti.

Agradeço a todos aqueles que tive o prazer de conhecer durante meu processo de formação no Curso de Serviço Social. Agradeço aos meus colegas de turma e classe por todas as discussões e aprendizados. Em especial, gostaria de agradecer a Juliana, Guilherme, Kaline e Stefhane que, em diversas vezes juntos arrecadamos moedas para lanchar o salgado de dois reais da praça universitária. Antônia e Marilza, duas colegas com mais experiências do que eu em termos de vida e idade, que me ensinaram muito sobre ser uma pessoa melhor. José Elias, meu colega admiravelmente inteligente.

RESUMO

As indagações que levaram ao estudo do tema e ao desenvolvimento da pesquisa bibliográfica que integra a monografia tiveram início durante o estágio curricular obrigatório do Curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), realizado na Organização das Voluntárias de Goiás (OVG), no período de março de 2020 a junho de 2021. O trabalho monográfico busca compreender, com base na pesquisa bibliográfica, a relação entre capitalismo e conservadorismo no Brasil desde o Golpe de 2016, com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, o governo de Michael Temer e eleição e governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). Sobre o Serviço Social e o processo de ruptura com o conservadorismo, as reflexões são sistematizadas sob a perspectiva de diferentes autores, considerando a gênese e o desenvolvimento da profissão, as expressões no cotidiano do trabalho do assistente social, os reflexos no trabalho profissional, as consequências, retrocessos e resistência de movimentos e entidades profissionais comprometidas com o projeto ético político profissional e a ruptura com o conservadorismo. A pesquisa bibliográfica que fundamenta a elaboração do ensaio analítico e monográfico baseou-se no levantamento na *Revista Serviço Social & Sociedade*, que em suas temáticas demonstram sintonia com as expressões da questão social e as demandas profissionais e políticas do Serviço Social e da sociedade brasileira. A metodologia de estudos bibliográficos se deu em duas etapas, a primeira foi o levantamento dos artigos na revista *Serviço Social & Sociedade*, publicados no período de 2016 a 2022 e a segunda a leitura dos artigos selecionados e sistematização do conteúdo de acordo com os objetivos e capítulos propostos para a monografia. O trabalho ressalta a importância histórica do movimento profissional do Serviço Social que rompe com perspectivas conservadoras na profissão e os desafios de uma conjuntura histórica, política e social de avanços do conservadorismo no Brasil que aliena e impõe limites para o cotidiano do trabalho profissional do assistente social bem como desafia a direção social do projeto ético-político.

Palavras-chave: Fundamentos do Serviço Social. Conservadorismo. Neoconservadorismo. Crise capitalista.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

ABESS - Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social

ALAETS - Associação Latinoamericana de Escolas de Serviço Social

APAS - Associação Profissional dos Assistentes Sociais

ANAMPOS - Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais

ANAS - Associação Nacional Sindical dos Assistentes Sociais

CBAS - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

CFAS - Conselho Federal de Assistentes Sociais

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

CELATS - Conselho Deliberativo do Centro Latino-Americano de Trabalho Social

CNEAS - Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CRESS - Conselho Regional de Serviço Social

CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas

COVID 19 - Corona Virus Disease 2019

CTI - Centro de Terapia Intensivo

CUT - Central Única dos Trabalhadores

EAD - Ensino a Distância

ERE - Ensino Remoto Emergencial

FDA - Federal Drug Administration

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MST - Movimento dos Trabalhadores sem Terra

OVG - Organização das Voluntárias de Goiás

OMS - Organização Mundial da Saúde

PEP - Projeto Ético-Político

PF - Polícia Federal do Brasil

PT - Partido dos Trabalhadores

SARS-CoV-2 - Síndrome Respiratória Aguda Grave do Coronavírus 2

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESI - Serviço Social da Indústria

SESSUNE - Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social na União Nacional dos Estudantes

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SUS - Sistema Único de Saúde

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UTI - Unidade de Terapia Intensiva

Sumário

INTRODUÇÃO	10
I ANÁLISES NECESSÁRIAS SOBRE CONSERVADORISMO	15
1.1 Neoconservadorismo e o golpe de 2016: um recuo democrático.....	19
1.2 Governo Jair Bolsonaro: concretização do neoconservadorismo.....	24
1.3 A pandemia da COVID 19 em um cenário neoconservador.....	26
II. SERVIÇO SOCIAL E LUTAS PROFISSIONAIS DE RUPTURA COM O CONSERVADORISMO	33
2.1 Conservadorismo e alienação no trabalho assalariado.....	39
2.2 Serviço Social e os fundamentos da crítica ao conservadorismo.....	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	56

INTRODUÇÃO

As indagações que levaram ao estudo do tema e ao desenvolvimento da pesquisa bibliográfica que integra a monografia tiveram início durante o estágio curricular obrigatório do Curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), realizado na Organização das Voluntárias de Goiás (OVG), no período de março de 2020 a junho de 2021. Entende-se com base nas análises de Rocha sobre o trabalho monográfico que

É necessário incentivar a elaboração de trabalhos que busquem, com base em fundamentos teóricos, responder às questões com as quais os estudantes e profissionais se deparam em seus estágios e exercício profissional nas instituições, movimentos sociais e organizações que constituem os campos de ação e prática do Serviço Social, por exemplo. Este incentivo parece ser um caminho interessante para a produção acadêmica em nossa área. (ROCHA, 2009, p.21)

Durante o estágio, a conjuntura histórica, política e a realidade do ambiente da instituição geraram questionamento sobre o trabalho do Serviço Social na organização e os fundamentos da formação profissional que integram um curso de graduação de quatro anos. A Organização das Voluntárias de Goiás (OVG) é uma entidade sem fins lucrativos, que foi criada em 1947 por um grupo de mulheres ligadas à Igreja Católica, e dirigida por Ambrosina Coimbra Bueno, esposa do então Governador de Goiás, Jerônimo Coimbra Bueno. Desde 2005, a OVG configura-se como uma organização social, sem fins lucrativos, mantendo-se vinculada ao Gabinete do Governador do Estado de Goiás.

A Organização das Voluntárias de Goiás (OVG) é uma organização social que coordena e executa programas e ações assistenciais, em oposição aos marcos da Política Nacional de Assistência Social, do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e da atual Secretária de Desenvolvimento Social do Estado de Goiás que instituem o comando único da política social nas três esferas de governo: federal, estadual e municipal.

Se o ponto de partida da monografia são os questionamentos sobre limites do trabalho do assistente social na OVG, o seu desenvolvimento considera que a história do Serviço Social é constituída pela sua origem conservadora baseada na formação especializada e norteadas pelos interesses da classe dominante no

controle dos conflitos e contradições da sociedade capitalista. Que as lutas para romper com o conservadorismo não existem desde sua gênese. E ainda que a direção social do projeto ético-político que passou a constituir a profissão é de ruptura com o pensamento social conservador e o conservadorismo.

A monografia é resultado de pesquisa bibliográfica na Revista *Serviço Social e Sociedade* e da sistematização de uma análise da conjuntura histórica, política e social de avanços do conservadorismo no Brasil que aprofunda processos de alienação e impõe limites ao trabalho profissional do assistente social, podendo limitá-lo a um “fazer administrativo”, de caráter emergencial acentuado pela pandemia da COVID 19 e pelo pragmatismo das ações, num contexto de avanços do conservadorismo e do ultra neoliberalismo no país.

O trabalho monográfico busca compreender, a partir da pesquisa bibliográfica, a relação entre capitalismo e conservadorismo no Brasil desde o Golpe de 2016, com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, Governo de Michael Temer e eleição e governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). Sobre o Serviço Social e o processo de ruptura com o conservadorismo, as reflexões são sistematizadas sob a perspectiva de diferentes autores, considerando a gênese e o desenvolvimento da profissão, as expressões no cotidiano do trabalho do assistente social, os reflexos no trabalho profissional, as consequências, retrocessos e resistência de movimentos e entidades profissionais comprometidas com o projeto ético político profissional e a ruptura com o conservadorismo.

O estudo teve início com o levantamento de artigos relevantes para o tema presentes na Revista *Serviço Social & Sociedade*, publicados no período de 2016 até 2022, com base nas seguintes palavras chaves: Fundamentos do Serviço Social, conservadorismo, neoconservadorismo e crise do capitalismo.

O critério para escolha do período delimitado para a pesquisa foi a realidade social e política de avanço do conservadorismo que se instalou e eclodiu no país a partir do golpe de 2016 representando o fim do Governo PT sob a presidência de Dilma Rousseff e se estendendo durante a eleição do fatídico Governo Jair Bolsonaro, de 2019 a 2022.

No período de 2016 á 2022 foram publicados 15 números da *Revista Serviço Social & Sociedade* para este estudo monográfico foram selecionados de acordo com o critério artigos de 11 números da Revista com a identificação a partir das palavras chaves de 21 artigos que fundamentam a elaboração da monografia em seus dois capítulos, introdução e considerações finais.

A *Revista Serviço Social & Sociedade* foi escolhida como fonte da pesquisa tendo em vista sua origem e grande influência no campo editorial brasileiro na área de Serviço Social. A revista iniciou em 1979, em um contexto de luta contra a ditadura e rearticulação dos movimentos populares, permanecendo até os dias atuais com 146 números ininterruptos.

Nesse contexto, em setembro de 1979, antes mesmo da realização do 'Congresso da Virada', é publicado o primeiro número da revista *Serviço Social & Sociedade*, cuja trajetória caminhará em consonância com a história da profissão, suas lutas e avanços, preservando e difundindo sua memória, sua cultura e seu projeto profissional. (YAZBEK, *et al.*, 2016, p.347)

A importância dessa revista para a elaboração da monografia se justifica ainda considerando que

A revista vai acompanhar a democratização e o amadurecimento intelectual e ideopolítico do Serviço Social, constituindo ao longo das décadas seguintes um importante veículo da produção teórica brasileira, impulsionada pelos programas de pós-graduação que se multiplicam na área e estimulam a constituição de intelectuais especialmente dedicados ao ensino e à pesquisa, nas diferentes regiões do país, panorama inédito em uma área reconhecida pelas dimensões interventiva e executiva. Ao mesmo tempo, é partícipe e indutora dos processos de diferenciação social experimentados pela profissão em que se destacam a laicização e o pluralismo. (YAZBEK, *et al.*, 2016, p.349)

Yazbek (2016), nas análises sobre a *Revista Serviço Social & Sociedade*, ratifica que se trata do único periódico de circulação nacional na área com veiculação ininterrupta e regular desde 1979, suas temáticas demonstram sintonia com as expressões da questão social e as demandas profissionais e políticas do Serviço Social e da sociedade brasileira “reafirmando compromissos com necessidades sociais da classe trabalhadora articuladas ao projeto profissional e ao projeto emancipatório que o fundamenta” (p.360).

A monografia fundamenta-se nas análises dos autores dos artigos sobre a conjuntura, neoconservadorismo, recuos na democracia, a pandemia da

COVID 19 e o bolsonarismo. Para refletir sobre o trabalho do assistente social, competências, atribuições e lutas profissionais, história e trajetória no Brasil, tendências de atualização do conservadorismo, são significativas as análises de diferentes artigos sobre os fundamentos da crítica ao conservadorismo e os desafios do presente para o projeto ético político no cotidiano do trabalho profissional.

A organização da monografia compreende a introdução, dois capítulos, considerações finais e referências. O primeiro capítulo intitulado “Análises Necessárias Sobre Conservadorismo” compreende as reflexões sobre a conjuntura histórica a partir das abordagens elaboradas pelos autores dos artigos selecionados na *Revista Serviço Social & Sociedade* desde as edições do ano de 2016 até as edições de 2022, sobre a conjuntura histórica brasileira, o cenário político e o ambiente sociocultural que reafirma o conservadorismo. No capítulo analisa-se os momentos políticos e ascensão do neoconservadorismo, o golpe de 2016, o Governo Jair Bolsonaro e a pandemia da COVID 19.

No segundo capítulo do texto intitulado “Serviço Social, Competências, Atribuições e Lutas Profissionais de Ruptura com o Conservadorismo” o objetivo é compreender no plano teórico e ético-político as exigências impostas pela sociedade capitalista conservadora, desafiando a direção social do projeto ético-político e os reflexos na autonomia e trabalho profissional.

Salienta-se que a monografia elaborada com base na pesquisa bibliográfica de artigos na *Revista Serviço Social & Sociedade* materializa a construção de um trabalho acadêmico e científico que possibilita vivenciar o que Rocha (2009) descreve como

A experiência de produzir uma monografia adquire conhecimentos e habilidades e desenvolve atitudes necessárias ao tratamento da literatura. Referente a um tema, ao diálogo com os autores e ao debate das ideias, à organização de um quadro de referência para analisar informações e responder às questões derivadas de suas inquietações, à redação de textos acadêmicos, entre outras (ROCHA, 2009, p.20).

A pesquisa na *Revista Serviço Social & Sociedade* demonstrou a sua relevância para análise da conjuntura, qualificação dos autores e suas perspectivas teórico analíticas e sua contribuição para construção de um

trabalho profissional fundamentado teórico e cientificamente para enfrentar diariamente desafios para renovação das conquistas do Serviço Social.

I ANÁLISES NECESSÁRIAS SOBRE CONSERVADORISMO

A produção deste capítulo visa refletir sobre a conjuntura histórica a partir das abordagens elaboradas pelos autores dos artigos selecionados na *Revista Serviço Social & Sociedade* desde as edições do ano de 2016 até as edições de 2022, sobre a conjuntura histórica brasileira, o cenário político e o ambiente sociocultural que reafirma o conservadorismo.

É importante ressaltar que os artigos foram escolhidos, considerando os desdobramentos dos fatos e acontecimentos que desde o período acima mencionado até o final de 2022, marcaram a realidade política que se iniciou no Brasil “no dia 31 de agosto de 2016, quando o Senado Federal votou o processo de impeachment que tirou a presidente Dilma Rousseff do cargo”. (Braz, 2017, p.86).

Os artigos que integram o presente capítulo são de autoria de: Passos (2016), Souza (2016); Braz (2017), Calil (2021), Boschetti e Beheing (2021), Raichelis e Arregui (2021) e Barroco (2022).

Nos artigos sobressai o fim do governo de Dilma em 2016 e o início de uma conjuntura de problemas profundos que perduram até os dias atuais. Como ponto principal da conjuntura temos a forte afirmação do conservadorismo nas relações sociais, no mercado de trabalho, nas políticas sociais e em mais diversas áreas, que é velada por uma instável democracia burguesa.

No artigo de 2017, intitulado *O Golpe nas Ilusões Democráticas e a Ascensão do Conservadorismo Reacionário*”, Braz analisa,

A democracia tem seus limites. Justamente porque é (e sempre será) democracia acompanhada por um adjetivo que lhe é inseparável (que, por ser-lhe inseparável, é-lhe quase um substantivo): a democracia é democracia burguesa! Que por ser restrita ao âmbito da sociedade capitalista não propicia uma participação real da massa do povo na direção/gestão do Estado, porque se esgota nos seus limites formais. É uma das formas políticas dessa sociedade. É capaz de promover alguns níveis de socialização da política, mas jamais poderá levar à socialização do poder político (2017, p.90).

Nessa perspectiva, é fato que o conservadorismo anda em sentido contrário à democracia, tendo como uma das suas características principais a aversão pela igualdade de direitos. Souza no artigo de 2016 salienta que “é implicado como conservador o indivíduo ou grupo político contrário, por exemplo,

à luta pela universalização dos direitos e às demandas pela radicalização da democracia” (p.361) O pensamento conversador é contrarrevolucionário, busca manter e seguir tradições defendendo que a desigualdade social que vivemos é algo natural e até mesmo necessário para manter a ordem, não por coincidência a maioria dos apoiadores desse pensamento pertencem à classe de maior poder aquisitivo. Nessa abordagem apreende-se que,

O conservadorismo, tanto clássico, quanto contemporâneo, renúncia aos modernos ideais de democracia e justiça social, tomando-os como niveladores sociais. Ou seja, utópicos desejos meramente subjetivos de igualdade. Tais utopias seriam inaceitáveis sob o ponto de vista conservador, uma vez que a desigualdade social seria natural e positivamente constituída (SOUZA, 2016, p.364).

Dessa forma, salienta o autor,

Anseia por uma ‘revolução sem revolução’, ou seja, mudanças ‘pelo alto’, localizadas e específicas, que sirvam para preservar as tradições já estabelecidas e sejam conduzidas por uma distinta parcela da sociedade: os proprietários. Adicionalmente, essas mudanças deveriam ser realizadas com absoluto distanciamento dos componentes insurrecional e popular, o que exclui também os anseios por democracia e a noção de luta por direitos (SOUZA, 2016, p.370).

O conservadorismo entende a revolução, a luta para buscar mudanças na estrutura desigual da nossa sociedade, como sinônimo de desorganização. “Quanto aos revolucionários, não passariam de agitadores dogmáticos, desprovidos da clarividência da prudência e do respeito às tradições herdadas de um passado remoto” (SOUZA, 2016, p.366).

Em uma conjuntura de ascensão do conservadorismo no país é pertinente refletir sobre o pensamento conservador que acredita na necessidade da predominância das tradições, dos costumes, das regras, das heranças culturais, o que sugere de certo modo uma dissimulação aos acontecimentos da História, visto que o mundo está cotidianamente em constantes mudanças, “mais um pilar duradouro do conservadorismo: a negação da razão e a entronização de uma concepção pragmática, imediatista, de ação e pensamento” (SOUZA, 2016, p.368). Para tanto, ao defender a necessidade de manter essa ordem, utilizam da religião e princípios pessoais, acreditam que até mesmo a desigualdade de acesso a bens e direitos pertence à ordem divina e velam seus preconceitos ao

impor de forma generalizada, por exemplo, um modelo idealista de família. Para o autor,

A divisão da sociedade em classes e a desigualdade social, portanto, compõem [...] um quadro de hierarquia e ordenamento correspondentes à natureza. Por derivação, tal quadro é interpretado como perene e insuperável. É, pois, um atentado contra a natureza a imposição de um princípio como o da igualdade social. A luta por ela, um atentado contra a ordem divina. (SOUZA, 2016, p.369).

Passos (2016), em seu artigo que analisa as transformações ocorridas no padrão de acumulação capitalista, pondera a forma que a defesa do modelo de família exemplificado no parágrafo anterior sustenta, conforme sugere o pensamento conservador, uma organização social culturalmente tradicional

Foi no contexto da sociedade capitalista que a família nuclear se estabeleceu e perpetuou-se, sendo-lhe atribuída um papel extremamente importante na reprodução dos valores criados. Essa forma de organização societária tem como fundamento a existência das desigualdades de classes distintas e antagônicas, ocasionando uma não satisfação das necessidades de todos os indivíduos. Além disso, sustenta-se pelo caráter individualista da apropriação privada dos meios de produção e da mercantilização dos produtos e da força de trabalho. [...] É nesse processo que se tem assentado a alienação, a desumanização e a desigualdade social, que resultam no enriquecimento e na satisfação de poucos em detrimento das reais necessidades sociais da grande maioria. Portanto, reproduz-se um modelo de sociabilidade — principalmente através da família — que afirma e sustenta essa lógica organizacional. (p.286-287)

Compõe ao pensamento de manter uma tradição e hierarquia, o ideal conservador de um posicionamento de conquista e mérito, principalmente quando se trata dos bens e, primordialmente, da propriedade privada. Estes são vistos como acesso viável a qualquer pessoa, desde que haja força de vontade, trabalho árduo e acúmulo de capital, excluindo assim “as contradições decorrentes de uma estrutura de classes que supõe a propriedade privada” (SOUZA, 2016, p.372).

O pensamento conservador responsabiliza o indivíduo por não ter acesso aos direitos básicos e justifica a acumulação exacerbada da minoria burguesa como conquista por meritocracia.

Esse tipo de operação, que rastreia e imputa a “culpa” pela “degradação da sociedade” às características de certos indivíduos, ou classes, ou grupos, com base na sua “origem” ou condição socioeconômica, ou bases ideológicas, visto em perspectiva histórica, é um dos eixos centrais dos regimes fascistas (ou de inclinações fascistas). Ao adotar essa ideia como critério definidor das dificuldades

encontradas por determinada sociedade (e não as contradições decorrentes de uma estrutura de classes que supõe a propriedade privada), a tendência que comumente surge no cenário político é o estabelecimento de perseguições políticas, ideológicas, xenofóbicas e religiosas (SOUZA, 2016, p.372).

A respeito dos preconceitos já estabelecidos, sem dar relevância para uma visão mais abrangente sobre as oportunidades de acesso à educação, saúde, entre outros pilares essenciais para pensar uma estruturação social minimamente equitativa capaz de conquistar bens materiais através de mérito, Souza considera que

Ao fundamentar as escolhas, ações e pensamentos em 'preconceitos', o conservadorismo abole qualquer perspectiva de debate racional sobre a formação social e econômica de determinada sociedade. Além disso, passa a enquadrar indivíduos e grupos em padrões previamente estabelecidos. As exceções, por derivação, tendem a ser encaradas como "desvios", "anomias", "doenças", como "casos" a serem reconduzidos ou reprimidos, posto que representam "ameaças". (2016, p.373).

Seguindo uma linha de raciocínio onde o acúmulo de capital, bens e experiências que determina um ideal de cidadão com conduta moral conveniente no sentido de decência, "insere uma ideia cara e central ao conservadorismo: aquela segundo a qual a política deve ser feita por proprietários, pois estes estariam sujeitos 'naturalmente' propensos à preservação da ordem e à manutenção da sociedade vigente". (SOUZA, 2016, p.375).

O momento que vivenciamos no Brasil desde o golpe de 2016, com o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, principalmente no cenário político, ecoa em todos os outros cenários e representa, claramente, o que foi abordado nos parágrafos anteriores. Uma forte predominância da direita, com ideologias e características conservadoras é objeto de uma nova interpretação a partir do que diferentes autores analisam como neoconservadorismo.

O mundo contemporâneo vivencia a inserção da direita e da extrema-direita mundiais em funções políticas, seja em cargos governamentais e parlamentares, seja na direção de partidos políticos e movimentos sociais. Inscrita no processo de crise estrutural do capital e desenvolvendo-se sob formas particulares em cada país e conjuntura, essa rearticulação política tem gestado ideologias que resgatam os ideários fascista e conservador e se objetivam em novas combinações, a exemplo do neofascismo e do neoconservadorismo. (BARROCO, 2022, p.13).

No Artigo sobre os fundamentos do neoconservadorismo e as características do neofascismo Barroco (2022) situa a presença dessas ideologias e modos de ser na sociedade brasileira, no governo Bolsonaro. Sobre o neoconservadorismo, Barroco analisa,

O neoconservadorismo consiste na junção entre os valores do conservadorismo moderno e os princípios do neoliberalismo. Do conservadorismo clássico, preservam-se a tradição, a experiência, o preconceito, a ordem, a hierarquia, a autoridade, valorizando-se as instituições tradicionais, como a igreja e a família patriarcal [...] do neoliberalismo, conservam-se a não interferência do Estado na economia, o empreendedorismo, a meritocracia, o privatismo, o combate aos movimentos sociais e aos direitos sociais. (BARROCO, 2015 apud BARROCO, 2022, p.13).

Dentro desse contexto em que se expressa o neoconservadorismo, seguindo uma agenda de costumes racistas, homofóbicos, xenofóbicos, a autora também aborda o fascismo, expressado em um novo contexto e conjuntura, o neofascismo.

Propostas neofascistas encontram ressonância num tempo em que o emprego é escasso e a competição toma o lugar da solidariedade; em que a barbárie dissemina o ódio e a desumanização; em que a brutalidade passa a ser virtude política e o irracionalismo apela aos piores instintos e às reservas de animalidade que brotam no indivíduo, na sociedade capitalista. (LUKÁCS, 2007 apud BARROCO, 2022, p.13).

Relacionando os dois termos com o então governo, regente no período de produção do artigo, Barroco (2022) conclui que “o governo Bolsonaro reproduz vários supostos do neoconservadorismo, além das características neofascistas” (p.16). Nesse sentido, representa um retrocesso para as lutas na busca de uma sociedade emancipada, sugere o abandono da liberdade e um avanço para um conservadorismo reacionário.

1.1 Neoconservadorismo e o golpe de 2016: um recuo democrático

Dos estudos empreendidos nos artigos estudados denota-se que não é atual a aversão da classe dominante em relação a luta por direitos, tratam a população mais pobre como uma ameaça às suas propriedades e repugnam qualquer tipo de avanço social, adotando uma postura claramente conservadora.

Vivemos em uma sociedade tomada pelo machismo, racismo e de forte desigualdade social.

Sobre as perspectivas retratadas anteriormente, Braz (2017) analisa claramente o conteúdo histórico do conservadorismo das elites dominantes brasileiras e como esses articulam com os reais interesses de classes

A intolerância de nossas classes dominantes não é um fenômeno conjuntural. Historicamente elas sempre foram muito avessas a avanços sociais, mesmo aqueles que não comprometem os seus interesses econômicos. A nossa formação social nos legou uma classe dominante preconceituosa, mesquinha, egoísta, antidemocrática e violenta. Os traços herdados da escravidão constituíram marcas indelévels em seu comportamento. A intolerância se volta com frequência contra os negros, ainda mais quando eles experimentam alguma mobilidade social, mesmo que pequena e intraclasse. Mas essa intolerância racista é também, fundamentalmente, classista. No Brasil, os ricos e seus sócios menores das camadas médias odeiam pobres. (p.101-102)

O golpe do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, como abordado anteriormente no início do capítulo, em agosto de 2016, é emblemático desse conservadorismo, gerando um debate em relação a sua configuração que Braz (2017) explicita em seu artigo “uns acham que é um golpe branco; outros que é um golpe institucional” (p.89). Independentemente de como for considerado, o golpe representa a “necessidade de acelerar as condições de aplicação de políticas que destravem os obstáculos (políticos, econômicos, sociais e ideológicos) para a implementação de uma agenda regressiva para a classe trabalhadora, em todos os níveis”. (BRAZ, 2017, p.95)

Dentro desse cenário de implementação de limites à democracia e demonstração dos reais interesses daqueles que de fato possuem encargo do capital financeiro, o fascismo se apresenta em um contexto e conjuntura diferente, mas não abandona suas principais características regressistas.

Se o fascismo é uma forma política sempre possível desde quando os monopólios se constituíram como dominantes na economia capitalista, no Brasil ele se amalgama com os elementos históricos de uma cultura de classe dominante que se alimenta do racismo. Junta-se a isso uma cultura política que, mesmo nos períodos republicanos, pouco avançou em relação à laicidade e que se alimenta também da intolerância religiosa. O avanço de elementos fascistas entre nós faz recrudescer ainda a misoginia que também foi usada contra a ex-presidente Dilma, ainda que não tenha sido a questão determinante para sua queda. Em todos os casos estamos diante de traços profundamente

antidemocráticos que promovem no Brasil uma ascensão preocupante de forças conservadoras reacionárias. (BRAZ, 2017, p.102)

Segundo Braz, sobretudo, é necessário enxergar que, assim como as relações do mundo, os sistemas e regimes políticos também estão em constante mudança para conseguir se adequar às condições da atualidade e assim se externar.

Não uma forma abertamente ditatorial, mas uma forma que conspira contra os avanços democráticos, e não só contra a democracia política, mas também contra os avanços sociais conquistados pela classe trabalhadora. Não exatamente uma forma abertamente fascista — devemos sempre lembrar que o fascismo é o regime político ideal para os monopólios —, mas uma forma que se valha de elementos fascistas, de uma cultura política fascista que ataque as conquistas democráticas. (2017, p.94)

Nessa perspectiva o autor problematiza que se o impeachment da presidenta, em 2016, foi considerado um ato dentro da democracia por ter sido votado e tomado como decisão unânime da “maioria”, na verdade, foi apenas mais uma forma da democracia burguesa operar.

No Brasil, a deposição da presidente adicionou mais ingredientes: contou com aval da Suprema Corte, do Legislativo, de parte ativa do Judiciário, da PF, com o apoio militante da nata do empresariado nativo, e, especialmente, dos oligopólios da mídia que agiram não como um ‘quarto poder’, mas como se fossem o primeiro poder, pautando todos os outros. Não achamos que isso se constituiu num golpe clássico, uma vez que se desenvolve sem rupturas institucionais significativas. Ao contrário, ocorre dentro do funcionamento regular das instituições democráticas burguesas, ou seja, com o aval da Justiça e do Legislativo. O impeachment vem se constituindo recentemente, em especial na América Latina, numa forma ‘democrática’ de depor governos que, embora já tenham servido aos interesses do grande capital, já não servem ou os contrariam em alguma medida. As deposições de governos latino-americanos ‘inconvenientes’ não têm resultado na instalação de ditaduras apoiadas nas forças militares e são feitas com rasgados discursos que apelam ao ‘republicanismo’ e, claro, à democracia [...] o impeachment foi um ‘golpe democrático’ operado no âmbito da democracia burguesa em funcionamento. Foi, assim, um golpe nas ilusões democráticas geradas pelos limites próprios da ordem burguesa (e de sua democracia), cuja condição cria suas próprias ilusões. (BRAZ, 2017, p.89)

Mesmo atendendo aos interesses econômicos da classe dominante, o governo de Dilma não excluía a classe trabalhadora e nem rebaixava direitos já conquistados através das lutas, buscava atender também às necessidades sociais.

Dilma, mesmo tendo feito um governo (como fizeram os governos petistas desde 2003) predominantemente voltado para os interesses do grande capital e de seus sócios brasileiros [...] foi arrancada da presidência da República porque foi considerada incapaz de permanecer à frente dos interesses capitalistas que tanto serviu. Estes agora precisavam de um governo genuinamente burguês, capaz de não ceder o mínimo aos trabalhadores, de lhes retirar o pouco que conquistaram e de servir inteiramente, sem concessões, ao grande capital. O pacto de classes já não mais prestava. (BRAZ, 2017, p.87-88)

Os autores dos artigos referenciados afirmam que fica evidente nesse episódio da nossa História como a classe dominante atua, a democracia só funciona até onde eles permitem ou até onde não amedronte sua acumulação exacerbada do capital.

Basta apenas existir um governo com algum 'traço popular', algum traço reformista (mesmo um 'reformismo fraco') — que já não mais sirva aos interesses dominantes — para que ele possa ser desestabilizado, por dentro e por fora, interna e externamente [...] temos no Brasil um histórico de soluções 'pelo alto' que exclui os 'de baixo' das instâncias decisivas que envolvem o poder político. E que reiteradamente golpeia aqueles que já não lhe servem ou que contrariem os interesses econômicos das classes dominantes. (BRAZ, 2017, p.90-91)

“Por fim, o impeachment foi feito, as ilusões foram perdidas e a nossa pobre democracia vê-se diante de mais um recuo profundo.” (BRAZ, 2017, p. 99). Esse movimento histórico para nosso país deixa claro o poder do judiciário e de toda elite que o compõem, mesmo que a sociedade eleja alguém para governar, este só permanece com o aval da classe dominante. “No Brasil, o Judiciário é uma caixa-preta cujo funcionamento se dá com base em sistemas hierárquicos nos quais os ocupantes dos postos mais importantes não são eleitos pelo povo (no máximo são escolhidos entre seus pares).” (BRAZ, 2017, p. 99).

O momento que segue o golpe de 2016 não só mostra a força da direita como também a alienação de parte da esquerda que comemorou o claro marco de retrocesso da democracia. O impeachment tem como sinônimo retrocesso, é a confirmação de uma estrutura conservadora sendo levantada e querendo impor domínio. No que se refere a derrota do Partido dos Trabalhadores (PT) em 2018, Braz compreende que,

Entretanto, de tudo ficou um gosto amargo de derrota, e não só para o PT, que é de fato o grande derrotado com sua estratégia de conciliação

de classes. A derrota do PT respinga em toda a esquerda porque as máquinas ideológicas da classe dominante tratam de colocar todos no mesmo saco da 'esquerda'. [...] O recuo democrático ao qual assistimos e que deverá se aprofundar tende a nos colocar na resistência aos ataques que vêm por aí, o que nos exigirá alguma unidade pelo menos tática. Isto não será nada fácil porque há segmentos da esquerda que comemoraram a derrota do PT como se fosse uma vitória da classe trabalhadora. Mais uma ilusão. Pior ainda: uma ilusão esquerdista que não enxerga que a conjuntura que se abriu com o impeachment expressa, antes de mais nada, uma vitória das forças à direita do PT, com fortes elementos de conservadorismo reacionário. (BRAZ, 2017, p.93-94)

Para consolidar todo esse explícito regresso e a reprodução dos interesses capitalistas, o poder dominante trouxe o que Braz (2017) chama de “a ‘solução’ Temer” (p.93). Desde o seu primeiro discurso, Temer, empossado após o impeachment de Dilma Rousseff, deixou claro um posicionamento neoconservador através da sua intenção de privatização, uma vez que esta representa crescimento do acúmulo de capital, tira a responsabilidade do Estado e inibe os direitos do trabalhador.

O primeiro discurso oficial de Temer feito naquela fatídica sexta-feira 13 (de maio), em que assumiu a interinidade, veremos que há três linhas prioritárias que eles apontam: 'ordem e progresso'; 'privatizar tudo o que for possível'; implementar uma tal 'democracia da eficiência'. Sabemos que, em síntese, essas três linhas de prioridade deverão colocar em ação medidas políticas e institucionais que combinem um quadro paradisíaco para o capital: maior repressão sobre os trabalhadores e melhores condições para a acumulação capitalista. (BRAZ, 2017, p.94-95)

O autor também destaca a expressão do fascismo em um cenário de ascensão do conservadorismo no Brasil

A conjuntura que se abriu a partir do impeachment é de ascensão das forças mais conservadoras e até mesmo reacionárias que estão operando em todos os segmentos da sociedade brasileira — no Congresso Nacional, no Judiciário, nas forças policiais — e encontram respaldo em movimentos de direita financiados pela burguesia nativa e estrangeira que participaram das mobilizações para derrubar o governo. Tal conjuntura não criou um cenário abertamente fascista, como dissemos. Mas ela se alimenta de uma cultura fascista que se expressa das mais diversas formas de intolerância, inclusive o ódio ao PT, que não cessou com a queda de Dilma. (BRAZ, 2017, p.101)

Dessa forma, com a junção de diversas forças para colocar um fim no governo Dilma, que não representava domínio total da classe dominante, iniciou-se no Brasil um período dotado de ideais conservadores, neoconservador. O que

parecia representar o ápice de um grande retrocesso, não passava do início do domínio de uma gestão de Estado antidemocrático.

1.2 Governo Jair Bolsonaro: concretização do neoconservadorismo

No artigo de Barroco (2022) as análises demonstram que dando continuidade à inserção da extrema-direita na área política, após o fim do governo Temer em 2018, foi eleito o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). Um governo que desde as eleições deixa explícito suas ideias fascista, justificadas em cima de um neoconservadorismo que serve para manter a ordem, defendendo um modelo de família patriarcal, religião e patriotismo. Analisa a autora,

Combatendo o racionalismo, o coletivismo, o socialismo e o marxismo, o neoconservadorismo nega a viabilidade de projetos societários universais, considerando que as promessas de liberdade e igualdade irrestrita conduzem ao totalitarismo. Para que a sociedade funcione de forma estável, defendem-se a garantia da ordem e o funcionamento das instituições fundadas na tradição e na autoridade constituída. Assim, a moral desempenha uma função de destaque na reprodução dos valores e da tradição, seja na socialização dos indivíduos, pela família, seja na manutenção da ordem espiritual, pelas religiões. (BARROCO, 2022, p.13-14).

Sumariando o Governo de Bolsonaro sabemos que defendia acima de tudo o resgate das tradições, sempre deixou claro em seus discursos seu posicionamento homofóbico, xenofóbico, machista e até mesmo racista, não se manifestava em defesa das minorias. Utilizava de ideologias coercitivas para que a ordem fosse mantida. Características ligadas não só ao conservadorismo, mas também ao fascismo. Barroco esclarece ainda que,

A extrema-direita mundial está unida em torno de algumas premissas: o nacionalismo e o patriotismo; o resgate de tradições; o anticomunismo e o antisemitismo; o racismo e a xenofobia contra imigrantes e minorias. A vida cotidiana é marcada por uma sociabilidade cindida entre 'nós e eles', com a exaltação da família patriarcal e de seus valores, como a autoridade do pai; com a defesa da lei e da ordem; o anti-intelectualismo; a desarticulação do bem-estar público; a exclusão de grupos sociais minoritários e sua desumanização e/ou extermínio [...] A difusão e a legitimação social do neoconservadorismo de feições fascistas supõem a existência de condições sociais favoráveis, dadas em momentos de crise social, quando se acirram as tensões e a luta de classes, e o poder dominante

utiliza mecanismos coercitivos para impor a ordem social (BARROCO, 2013 apud BARROCO, 2022, p.14).

Barroco (2022) analisa várias reproduções do neoconservadorismo e as características do neofascismo no governo Bolsonaro em seu artigo, que aborda os fundamentos dessas ideologias e como elas se apresentam no governo em questão, das quais podemos citar aqui a referência ao passado e a tentativa de negar que a ditadura militar existiu como é retratada (cenário de crimes e torturas), desvalorização da educação, ataques moralistas as conquistas dos movimentos das minorias, perseguição a esquerda, pregação de uma moral sexual dotada de machismo e homofobia, nacionalismo e entre outros diversos exemplos. Cabe aqui destacar uma de suas características mais marcantes: o incentivo ao ódio. Através do gesto de uma arma na mão, o ex-presidente da república na época incentivava a morte e a violência.

A divisão entre “nós e eles” é evidente na sociedade brasileira, pelo menos desde as manifestações de 2013 e 2016. Bolsonaro incentiva o ódio ao se colocar contra o sistema, ou seja, contra as instituições democráticas, contra a Constituição. Sua performance com a arma na mão envolve uma estética da morte; o culto a um torturador tratado como herói incentiva o extravasamento do ódio, funcionando ideologicamente como uma licença para matar. Ao dar aval à violência, Bolsonaro autoriza as manifestações de ódio, os ressentimentos, os recalques; não é à toa que os crimes de ódio aumentaram de forma assustadora, especialmente os feminicídios. (BARROCO, 2022, p.17-18).

As lutas de classes e minorias em busca de conquistas de direitos é tratada pelos conservadores como falta da ordem tradicionalmente instituída, nos ideários bolsonaristas esse posicionamento não é diferente, Bolsonaro defende a ordem através da moral. Da mesma forma, não sendo diferente das demais características conservadoras, a lei só é válida quando não é desvantagem para a burguesia.

A defesa da ordem e da lei é um valor fundamental para os conservadores e neoconservadores. Historicamente, a ordem é tanto definida em função da ‘desordem’ política causada pela luta de classes, pelas greves, pela recusa da dominação, como em termos morais, em função da defesa da família patriarcal, ante as “desordens” causadas por novas formas de relação afetiva, de orientação sexual, de ruptura com valores tradicionais etc. No projeto bolsonarista, a ordem é majoritariamente defendida em termos moralizantes: trata-se de preservar a supremacia do macho, o casamento monogâmico (com a

subordinação da mulher — dona de casa ao pai de família), a autoridade policial. No entanto, contradizendo sua perspectiva ultraconservadora, Bolsonaro não defende a severidade das leis. (BARROCO, 2022, p.18-19).

Em seu governo, Bolsonaro sempre negou a paz, seguindo seu posicionamento conservador, pregava que as desigualdades fazem parte da ordem natural da vida. No período de seu governo vivemos um momento de muitas contradições e negações. Todo esse cenário foi agravado quando o estado de pandemia de coronavírus foi declarado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020. A pandemia covid-19, uma doença respiratória aguda causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2). Mais uma vez a postura do então governo foi de negação. Seu posicionamento neoconservador frente a pandemia resultou na morte de milhares de pessoas, perdas de vidas.

1.3 A pandemia da COVID 19 em um cenário neoconservador

A pandemia da COVID -19 iniciou-se no mundo todo com diversas incertezas, era um cenário atípico, não tínhamos clareza da sua dimensão, riscos e proporção. Identificamos nos artigos que abordam essa questão, publicados a partir de 2021, os aspectos que vivenciamos quando “Nas primeiras semanas de 2020, quando começaram a circular as informações sobre o novo coronavírus, posteriormente batizado como covid-19, existiam muitas dúvidas e nenhuma certeza.” (CALIL, 2021, p. 31-32). Neste primeiro momento, onde ainda não se tinha conhecimento sobre quais medidas seriam realmente apropriadas para lidarmos com a pandemia, muitos governos optaram por não aderirem medidas rigorosas para conter a pandemia.

diversos governantes optaram em um primeiro momento por descartar a adoção de medidas rigorosas de contenção da epidemia, acreditando que poderiam chegar rapidamente a um patamar de contaminação que garantisse a imunidade coletiva. A despeito de suas implicações éticas, essa parecia uma alternativa politicamente sustentável para esses governantes, visando preservar os interesses da acumulação capitalista e impedindo um agravamento ainda maior da crise mundial do capital já então bastante intensa. (CALIL, 2021, p. 32)

Entretanto, em março já era possível ter maior conhecimento sobre os riscos e letalidade da COVID-19.

Em 11 de março, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou formalmente situação de pandemia mundial. Naquele momento, de forma simultânea, verificava-se rápido crescimento do número de casos e óbitos em diversos países, como Espanha, Alemanha, Estados Unidos, Irã e Coreia do Sul. Ainda não estava clara a letalidade real da covid-19 — que posteriormente, em inúmeros estudos de incidência realizados em países como Estados Unidos, Itália, Espanha, França e Suécia, seria estabelecida em patamares entre 0,7% e 1% do total de contaminados —, mas já era evidente que a letalidade era bem maior do que o inicialmente imaginado pelos defensores da busca de imunização coletiva via contaminação. [...] Na segunda quinzena de março, a quase totalidade dos governos que haviam recusado medidas mais intensas de isolamento social e que de alguma forma apostaram na possibilidade de superar a pandemia através da imunidade coletiva produzida pela ampla contaminação mudou radicalmente suas políticas. (CALIL, 2021, p. 33-34)

O autor adverte que um amplo estudo, feito no final de março, possibilitou que tivéssemos noção das consequências severas que iríamos sofrer caso medidas rigorosas de isolamento não fossem adotadas.

Ainda no final de março foi divulgado o mais amplo estudo já realizado até então, produzido pelo Imperial College of London, que projetava o número de contaminações, óbitos e hospitalizações em 202 países, considerando diversos cenários, desde a supressão precoce (que implicava medidas rigorosas de isolamento social para o conjunto da população antes que se atingisse 0,2% da população contaminada) até o cenário oposto, no qual não seriam tomadas medidas de contenção, e incluindo cenários intermediários (como supressão tardia, estabelecida já a partir de patamar mais elevado, e supressão seletiva, que implicaria isolar apenas a parcela da população tida como mais vulnerável). Esse estudo teve impacto em diversos países e estimulou a adoção de medidas mais rigorosas de contenção em muitos deles. Para o Brasil, o estudo previa, no melhor cenário (com supressão precoce), 44.212 óbitos, e no pior (sem medidas de mitigação), 1.152.283 óbitos. Um dos cenários intermediários (isolamento social, sem medidas de supressão, mas com reforço no distanciamento de idosos) projetava para o país 529.779 óbitos, de 120 milhões de contaminados, e mais de 3 milhões de hospitalizados (dos quais mais de 700 mil em UTI). Os resultados do estudo mostravam não apenas os trágicos resultados que se poderia prever caso não fossem tomadas medidas, como impugnava definitivamente qualquer embasamento científico à proposta de isolamento seletivo — defendido por Bolsonaro sob a designação excêntrica de 'isolamento vertical'. (CALIL, 2021, p. 35)

Indo contra a ideia inicial de que a imunização poderia ser garantida através da contaminação em massa

Ainda entre os meses de março e abril, outros dois fatores reforçavam a argumentação dos que entendiam que era necessária uma rigorosa

política de contenção: os primeiros registros de casos de reinfecção, que produziam incerteza ainda maior quanto à viabilidade de obter imunização por meio de ampla contaminação, e a crescente percepção de que mesmo entre os pacientes 'recuperados', uma parte era vítima de efeitos colaterais os mais distintos, como redução da capacidade pulmonar, problemas auditivos, desenvolvimento de diabetes, perturbações no sistema nervoso e lesão cerebral, o que ensejava a percepção de que a covid-19 produzia uma doença sistêmica, e não exclusivamente pulmonar, como se imaginou a princípio. (CALIL, 2021, p. 35-36)

Diante dos fatos e estudos, afirma o autor que neste momento já era possível ter a percepção da gravidade da pandemia e da necessidade de uma intervenção do governo com medidas de proteção a população. Mas é justamente neste momento em que a postura neoconservadora, dotada de características fascistas, do ex-presidente Bolsonaro começou a refletir no Brasil.

O Brasil teve o primeiro caso confirmado de covid-19 no dia 25 de fevereiro, e o primeiro óbito três semanas depois, em 17 de março. As opções políticas tomadas nos primeiros dias de março foram decisivas e determinaram os rumos da pandemia no país, que se consolidaram com o pronunciamento nacional de Jair Bolsonaro em 24 de março, de conteúdo explicitamente negacionista. As primeiras medidas oficiais de contenção foram anunciadas no dia 13 de março — quando o país registrava ainda apenas 151 casos e, portanto, ainda tinha possibilidades de implantar um plano de contenção efetiva. Essas medidas determinavam o cancelamento de cruzeiros turísticos no país e a obrigatoriedade de quinze dias de isolamento a todos os passageiros que ingressassem no país vindos do exterior. Embora limitadas e insuficientes, eram medidas que expressavam a intenção de produzir alguma mitigação, buscando ao menos reduzir o ritmo de contaminação. A medida, no entanto, foi revogada no mesmo dia. (CALIL, 2021, p. 36-37)

Bolsonaro decidiu censurar e ignorar o Boletim Epidemiológico.

Boletim Epidemiológico 5, de 14 de março de 2020 [...] apesar de já ter recebido análises e projeções que justificariam a tomada de medidas rigorosas, em conjunto com a Casa Civil, Bolsonaro censurou as medidas de contenção propostas no Boletim. No dia 18 de março, um novo protocolo indicava que a partir de então seriam testados apenas os pacientes em estado grave, uma decisão que liquidava definitivamente qualquer possibilidade de controle sobre a pandemia. (CALIL, 2021, p. 38)

Para concretizar todas as suas posturas de negação da gravidade da pandemia que se instalava no cenário brasileiro, Bolsonaro fez um discurso negacionista a toda nação no dia 24 de março, mesmo que extenso, esse discurso foi citado no artigo de Calil, e vale a pena ser citado aqui, pois, além de expressar os fortes traços neoconservadores, também continuou por muito

tempo sendo defendido e repetido pelo então presidente durante o período de pandemia, que naturaliza as mortes.

A estratégia de Bolsonaro já estava traçada, mas seria mais bem explicitada em seu pronunciamento à nação no dia 24 de março: Nosso ministro da Saúde reuniu-se com quase todos os secretários de Saúde dos estados para que o planejamento estratégico de combate ao vírus fosse construído e, desde então, o doutor Henrique Mandetta vem desempenhando um excelente trabalho de esclarecimento e preparação do SUS para atendimento de possíveis vítimas. Mas o que tínhamos que conter naquele momento era o pânico, a histeria. E, ao mesmo tempo, traçar a estratégia para salvar vidas e evitar o desemprego em massa. Assim fizemos, quase contra tudo e contra todos. Grande parte dos meios de comunicação foram [sic] na contramão. Espalharam [sic] exatamente a sensação de pavor, tendo como carro-chefe o anúncio de um grande número de vítimas na Itália, um país com grande número de idosos e com um clima totalmente diferente do nosso. Um cenário perfeito, potencializado pela mídia, para que uma verdadeira histeria se espalhasse pelo nosso país. [...] O vírus chegou, está sendo enfrentado por nós e brevemente passará. Nossa vida tem que continuar. Os empregos devem ser mantidos. O sustento das famílias deve ser preservado. Devemos, sim, voltar à normalidade. Algumas poucas autoridades estaduais e municipais devem abandonar o conceito de terra arrasada, como proibição de transporte, fechamento de comércio e confinamento em massa. O que se passa no mundo tem mostrado que o grupo de risco é o das pessoas acima dos 60 anos. Então, por que fechar escolas? Raros são os casos fatais de pessoas sãs, com menos de 40 anos de idade. 90% de nós não teremos qualquer manifestação caso se contamine. Devemos, sim, é ter extrema preocupação em não transmitir o vírus para os outros, em especial aos nossos queridos pais e avós. Respeitando as orientações do Ministério da Saúde. No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha ou resfriadinho, como bem disse aquele conhecido médico daquela conhecida televisão. Enquanto estou falando, o mundo busca um tratamento para a doença. O FDA americano e o Hospital Albert Einstein, em São Paulo, buscam a comprovação da eficácia da cloroquina no tratamento do covid-19. Nosso governo tem recebido notícias positivas sobre este remédio fabricado no Brasil e largamente utilizado no combate à malária, lúpus e artrite. [...] Sem pânico ou histeria, como venho falando desde o início, venceremos o vírus e nos orgulharemos de estar vivendo neste novo Brasil, que tem tudo, sim, para ser uma grande nação. Estamos juntos, cada vez mais unidos, Deus abençoe nossa pátria querida. (CALIL, 2021, p. 38-39)

Neste discurso fica claro a postura que Bolsonaro decidiu adotar, seguindo seus ideais conservadores: a adoção da negação dos riscos que a pandemia representava, manter a vida cotidiana para minimizar o impacto na economia, propagação de notícias falsas sobre a pandemia e o vírus no Brasil, negacionismo da ciência. Houve exposição da população que já vive em extrema vulnerabilidade a uma posição de desproteção social, exclusão de grupos minoritários. A divulgação de notícias falsas aumentou o número de mortes, o

que não foi suficiente para impedir que fosse divulgado, mais uma vez sem que houvesse comprovação científica, que algumas remédios (como a cloroquina) causava imunidade ao vírus da COVID-19. O crescimento das mortes também era justificado com mentiras, divulgavam que nem todas as mortes atestadas como infecção pelo COVID-19 eram realmente causadas pelo vírus.

As manifestações de Bolsonaro eram amplificadas pela divulgação de mensagens nas redes sociais por intermédio das estruturas de propaganda bolsonaristas comumente designadas como 'Gabinete do Ódio'. É difícil estabelecer com precisão a dimensão e o alcance dessas estruturas, já que os disparos ocorrem em grupos fechados e de forma privada. Ainda assim, é possível identificar seu sentido geral, com relatos que em um primeiro momento eram voltados para a minimização dos riscos, sustentando que a pandemia não se desenvolveria no Brasil e que haveria poucos casos e reduzido número de vítimas, como indicam os resultados de estudo desenvolvido conjuntamente pelo projeto Eleições sem Fake e pelo Monitor do Debate Político no Meio Digital, que analisou 2.108 áudios que circularam entre os dias 24 e 28 de março, em 522 grupos públicos de Whatsapp, com a participação de mais de 18 mil usuários ativos, comprovando a enorme circulação de fake news: Entre os 20 áudios com maior circulação, cinco negam a gravidade do covid-19 (Coronavírus) — quatro deles estão entre os 10 mais compartilhados. Segundo estes áudios, com supostos depoimentos de médicos e testemunhas, as CTIs estão vazias, as funerárias estão sem corpos e os mortos por acidente estão sendo contabilizados como mortos pelo vírus. Esses cinco áudios são responsáveis por 35% dos compartilhamentos totais da amostra analisada. A mais compartilhada dentre elas sustentava que os moradores de rua eram imunes à contaminação, o que atestaria a desnecessidade de medidas de isolamento. Esse conjunto de mensagens sustentava, na senda do discurso presidencial, que a pandemia não avançaria no Brasil devido ao clima quente, ao predomínio de jovens e à baixa densidade demográfica do país. Uma das mensagens mais disseminadas naquele momento sustentava que o vírus não resistiria a temperaturas superiores a 26 graus [...] com o crescimento do número de óbitos, que dobrava a cada semana ao longo do mês de abril, o eixo do negacionismo passou a se concentrar no anúncio de medicamentos supostamente milagrosos (em especial, a cloroquina) e na contestação da veracidade dos registros. Ainda em março, disseminou-se o relato fantasioso que afirmava que 'o primo do porteiro do prédio morreu porque foi trocar o pneu do caminhão e o pneu estourou no rosto dele. Receberam o atestado de óbito como se fosse covid-19'. (CALIL, 2021, p. 42-43)

Consequentemente, o posicionamento de Jair Bolsonaro e toda a repercussão gerada ocasionou na falta de preocupação da população em seguir as medidas de proteção. “A posição assumida por Bolsonaro levou parcela da população a recusar os cuidados, o que teria sido decisivo para que tais medidas não tenham produzido os resultados esperados.” (CALIL, 2021, p. 43)

Oito meses depois dos primeiros registros no país, a estratégia de Bolsonaro mostra-se exitosa, com um trágico saldo que se expressa nos índices que colocam o país entre os que tiveram mais óbitos e contaminações, tanto em termos absolutos (153.675 mil óbitos até 17/10/2020) como proporcionais à população (722 óbitos por milhão na mesma data). (CALIL, 2021, p. 47)

O contexto em que se desenvolveu a pandemia no Brasil, eclodiu uma conjuntura de problemas na economia e na política que já vinha se desdobrando. Desde o golpe de 2016, como tecem as reflexões dos autores, a conjuntura neoconservadora vem criando um cenário de aprofundação da desigualdade social e ruptura com as necessidades e direitos sociais.

A situação de pandemia expõe com muita crueza as dimensões contraditórias desse processo: de um lado, a falência das medidas ultraneoliberais que desfinanciaram as políticas sociais, especialmente o SUS e o Suas, os sistemas de proteção social mais requisitados no contexto da pandemia. E, ao mesmo tempo, a necessidade de mais Estado e do fortalecimento das políticas públicas para enfrentamento dessa grave crise. (RAICHELIS; ARREGUI, 2021, p.143)

Nas explanações de seu artigo Boschetti e Behring (2021) abordam, no contexto da covid-19, como o neoconservadorismo e o neofascismo, que já vinha perdurando no cenário político brasileiro, geraram agravamento das condições de desigualdade social estrutural. Uma vez que a combinação desses regimes, desde antes da situação de pandemia, já havia colocado o Brasil em situação de crise econômica e social.

A pandemia, inquestionavelmente, revelou ao país e ao mundo o que o país insistia em ocultar: o desmonte da seguridade social e dos direitos trabalhistas pelos sucessivos ajustes fiscais deixaram o Brasil imensamente vulnerável diante da devastação do acelerado processo de contágio [...] Ao retardar e resistir a exercer sua responsabilidade pública e assegurar os recursos públicos e as medidas econômicas, sociais e sanitárias necessárias ao enfrentamento da pandemia e dos casos que se multiplicaram violentamente, o governo federal negacionista, ultraneoliberal e neofascista favoreceu também a multiplicação e a agudização das desigualdades estruturais (p. 76).

O estudo bibliográfico dos artigos dos autores mencionados possibilitou a compreensão de particularidades fundamentais da ascensão do conservadorismo na conjuntura mundial e brasileira.

Os artigos publicados pela Revista Serviço Social e Sociedade destacam, na perspectiva dos autores, análises essenciais do período de 2016, que marca o golpe no Brasil, até o ano de 2022, as consequências da pandemia da COVID

19 e da crise política, econômica e sanitária no país em tempos de neoconservadorismo.

A regressão neoconservadora que se vive nos tempos atuais coloca em risco a democracia e direitos já conquistados. Conforme analisado pelos autores dos artigos, vivemos um período de forte privatização que afeta a educação, o trabalho e aprofunda a desigualdade social.

No Serviço Social as questões da história socioprofissional estão em pauta e é necessário um posicionamento ético-profissional para que o conservadorismo da gênese da profissão não se concretize de forma renovada, representando retrocesso. Para tanto, mesmo diante do neoconservadorismo, é necessário permanecer na luta contra a hegemonia burguesa e defender os direitos das classes subalternas.

Nessa perspectiva, no próximo capítulo, a reflexão reporta-se às análises do Serviço Social, como profissão inserida no contexto de crise e decadência do capitalismo e as lutas diárias das entidades profissionais e estudantis para adensar o processo de ruptura com o conservadorismo reacionário.

II. SERVIÇO SOCIAL E LUTAS PROFISSIONAIS DE RUPTURA COM O CONSERVADORISMO

Para dar continuidade no que foi apreendido a partir dos artigos selecionados na *Revista Serviço Social & Sociedade* desde as edições do ano de 2016 até as edições de 2022, o objetivo do presente capítulo é compreender no plano teórico e ético-político as exigências impostas pela sociedade capitalista conservadora, desafiando a direção social do projeto ético-político e os reflexos na autonomia e trabalho profissional.

Os autores/autoras que compõem este capítulo são Cardoso (2016), Abramides (2016), Moraes (2016), Iamamoto (2017; 2019), Boschetti (2017), Iasi (2017), Mota (2017), Felipe (2018), Santos (2019), Farage (2021) e Camargo (2021).

O Serviço Social é uma profissão originada a partir da necessidade do Estado em atender às demandas geradas pelas expressões da questão social e pelos conflitos que elas representam na relação capital e trabalho. Cardoso (2016) análise em seu artigo “80 anos de formação em Serviço Social: uma trajetória de ruptura com o conservadorismo”, reconstrói toda trajetória do curso a partir das diretrizes curriculares e demonstrando a importância de um posicionamento político-pedagógico de ruptura com o conservadorismo. A autora lembra que o primeiro curso de Serviço Social foi criado em 1936 e era exclusivo para mulheres burguesas que já realizavam atividades por meio da ação social da Igreja católica.

No mesmo sentido, no artigo destaca que:

A formação dessas profissionais teve como grande referência o pensamento conservador da Igreja Católica, tendo o neotomismo como fundamento a partir do estudo de encíclicas papais e de reflexões sobre o papel profissional com base em orientações moralizadoras, no sentido de ensinar à população comportamentos e formas de vida mais ‘adequadas socialmente’ [...] Constituiu-se uma formação acadêmico-profissional caudatária do pensamento conservador. (CARDOSO, 2016, p. 435)

O estudo explicita que o Serviço Social em suas origens é conservador, nasceu dos interesses da classe dominante e que lutas para romper com o conservadorismo não existiram desde sua gênese. Em síntese,

A origem do curso está vinculada a uma estratégia da Igreja Católica para estabelecer uma aproximação junto à classe trabalhadora, num processo de recristianização e de atendimento aos interesses da burguesia. Não é por acaso, também, a aproximação do Serviço Social da classe dominante não apenas via Estado e suas instituições assistenciais, mas também via as próprias instituições organizadas e geridas pela burguesia nacional. Exemplos são o Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e o Sesi (Serviço Social da Indústria). (CARDOSO, 2016, p. 438)

Face a esta realidade, a formação era voltada para capacitar profissionais a partir do pensamento tradicional e conservador, tendo a doutrina religiosa cristã como base para esta formação. A intencionalidade da profissão foi norteadada pelo objetivo de reafirmar a ordem entre os “desajustes sociais”, mantendo um padrão e normalidade de respeito à moralidade já instituída hierarquicamente. Assim,

Tínhamos uma formação que buscava dar bases teóricas e doutrinárias para o profissional a fim de capacitá-lo a compreender a realidade social com um olhar voltado para a dita normalidade, as disfunções, perturbações e patologias às quais os indivíduos estavam sujeitos para que o profissional pudesse intervir na cura, ajustamento e adequação destes às normas sociais e aos padrões de normalidade instituídos, corrigindo todos e quaisquer desníveis e disfunções, tendo por base os princípios cristãos na moralização da sociedade. (CARDOSO, 2016, p. 438)

O artigo de Cardoso, aborda os processos que desencadearam no Serviço Social a necessidade da formação de um novo perfil profissional que corresponda às transformações sociais e econômicas e conjunturais que se expressam no contexto mundial e brasileiro. Contudo, vale adiantar aqui que os novos perfis almejados pela formação não significam desconexão com o conservadorismo, como destacam estudos bibliográficos de diferentes autores, a luta para o Serviço Social romper com o conservadorismo é um trabalho traçado diariamente até os dias atuais.

Com esse entendimento, Cardoso (2016) resume que a partir de 1940 foi desencadeado “um processo de revisão da profissão no que diz respeito ao seu caráter profissional/científico e à busca de tecnicidade” (p.439). A autora destaca que houve ascendência da metodologia norte-americana que procedeu à

“incorporação do chamado Serviço Social de Casos, Grupo e Comunidade” (p. 439).

Acompanhando as décadas de 1960 e 1970, período de ditadura militar no Brasil, a autora retrata o processo, novamente, de renovação na profissão. Permanecem as perspectivas conservadoras, mas o período representa um marco na História da profissão, na busca por uma formação técnica para o agir profissional e configuração de diferentes projetos profissionais.

O chamado ‘movimento de renovação’ foi marcado pelo desenvolvimento de diferentes projetos profissionais (vertente modernizadora, fenomenológica e intenção de ruptura) que, diante das condições objetivas do período, apresentaram distintas formas de compreender e agir na profissão. (CARDOSO, 2016, p. 440)

Com a referida autora, apreende-se que durante quase cinco décadas o Serviço Social foi marcado por uma estruturação conservadora, vinculado ao pensamento doutrinário da Igreja Católica e, essencialmente, fundamentado na teoria positivista. Por um período consideravelmente longo o trabalho do assistente social ficou reduzido a sinônimo de caridade, ajuda e benevolência. Cardoso (2016) afirma que essa analogia mantém suas raízes, equivocadamente, até os dias de hoje,

Tal projeto político-pedagógico marcou fortemente a profissão e o trabalho profissional, construindo uma identidade do Serviço Social atrelada à caridade, ao assistencialismo e ao paternalismo. Marcou também a constituição de um ethos (modo de ser) profissional conservador que compreendia o papel do assistente social na busca da harmonia, do ajuste e da correção dos ‘desequilíbrios’ e ‘desajustes’ dos indivíduos e famílias. Identidade e ethos que mantêm suas raízes até os dias de hoje, tendo, no entanto, perdido sua hegemonia enquanto projeto profissional e sua expressão na formação acadêmico-profissional. (p.444)

Identificar o Serviço Social, nos tempos atuais, com a perspectiva conservadora já não faz parte da direção do trabalho profissional que continua em construção por parcela dos profissionais nas últimas décadas.

No artigo de Abramides (2016) intitulado “80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo”, a análise centra-se na trajetória histórica do Serviço Social brasileiro, considerando a direção social da profissão e o processo de ruptura com o conservadorismo. A autora afirma que cinquenta dos mais de

oitenta anos do Serviço Social como profissão é marcado pelo processo de ruptura com o conservadorismo. Nesse contexto, fica claro que se o Serviço Social teve sua origem fundamentada no pensamento e na ideologia conservadora e ligada à Igreja Católica, essa configuração não se manteve assim ao longo de sua trajetória histórica. Sobre esse processo Abramides discute que,

A renovação do Serviço Social brasileiro teve sua origem em meados da década de 1960 e apresentou três tendências: a) a modernizadora, alicerçada nos documentos de Araxá e Teresópolis, em que o Serviço Social é concebido como instrumento de intervenção a ser operacionalizado nos marcos de manutenção do capitalismo; b) a reatualização do conservadorismo, cuja concepção se assentava na fenomenologia pela autorrepresentação da profissão, rejeição ao positivismo, presente na tradição modernizadora, e a teoria social de Marx; c) a terceira se expressou no legado marxiano e na tradição marxista por meio do projeto de intenção de ruptura com o conservadorismo, que conquistou sua hegemonia a partir de 1979. (2016, p.460)

Nesse contexto histórico, Abramides (2016), em suas reflexões, afirma a importância do movimento sindical e da organização da categoria no processo de ruptura com o conservadorismo

Um aspecto decisivo do processo de ruptura com o conservadorismo se localizou no vigoroso movimento sindical dos assistentes sociais, nos marcos de um sindicalismo de lutas que irrompia a conjuntura do país. [...] A efervescência sindical no movimento operário se expandiu para outras categorias de trabalhadores que retomaram seus sindicatos e associações pré-sindicais. Entre esses trabalhadores estavam os assistentes sociais, com um amplo processo de organização e lutas. A categoria dos assistentes sociais, em 1978, realizou seu primeiro encontro com a presença de quatro entidades: as Apas (Associação Profissional dos Assistentes Sociais) de São Paulo, Bahia e Goiás e o Sindicato de Minas Gerais, que impulsionaram um amplo processo de rearticulação das entidades sindicais no país. Vincularam-se à Anamos (Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais), do polo combativo de lutas dos trabalhadores que fundou a CUT (Central Única dos Trabalhadores), em 1983, e o MST (Movimento dos Trabalhadores sem Terra), em 1984. (p. 463)

Dessa forma,

Entre 1977 e 1988, os sindicatos de categoria cumpriram um papel classista e de lutas, mas era necessário avançar, com a extinção desses sindicatos e a inserção nos sindicatos por ramo de atividade econômica. Isso ocorreu de 1988 a 1992, com o término da Anas (Associação Nacional Sindical dos Assistentes Sociais), nossa legítima federação, livre e autônoma. (p. 464)

Sobre esse processo Abramides (2016) analisa que,

No período da retomada das entidades sindicais de assistentes sociais, de 1977 a 1979, a categoria se reconheceu como parte da classe trabalhadora, em sua condição de assalariamento, por sua inserção na divisão sociotécnica do trabalho; participou da reorganização do movimento sindical classista e atuou junto aos movimentos populares sobre o custo de vida, contra a carestia, pelo SUS (Sistema Único de Saúde), feminista, de luta por creches, moradia, estudantil, negro unificado, além do apoio e solidariedade às lutas dos trabalhadores sem terra, quilombolas e indígenas. (p. 464)

Ressalta-se na história da profissão o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), conhecido como o “Congresso da Virada”, em 1979, um marco decisivo para ampliar e afirmar a erosão dos vínculos do Serviço Social com o pensamento conservador

O III CBAS se transformou na expressão pública e coletiva do processo de ruptura com o conservadorismo, cuja inflexão se materializou no reconhecimento dos assistentes sociais como trabalhadores em sua condição de assalariamento, no compromisso profissional com os direitos e conquistas históricas da classe trabalhadora, na práxis profissional vinculada às demandas concretas dos trabalhadores e aos movimentos sociais, na articulação da Ceneas, sindicatos e Apas com a Abess que iniciaram a construção de um novo currículo sustentado na teoria social de Marx, na defesa do serviço público de qualidade, na luta pela democratização das instituições, na articulação do projeto profissional ao projeto societário contra a exploração e opressão, na articulação com o movimento estudantil de Serviço Social que se reorganiza, no estabelecimento de uma estratégia entre os assistentes sociais que se inseriam nos sindicatos, movimentos sociais, universidades, práxis profissionais, vinculados à perspectiva marxista, no sentido de disputar as direções dos Cras e CFAS que estavam sob a hegemonia da modernização conservadora e dos tecnicistas; na retomada da articulação latino-americana por meio da Alaets e Celats; na ação conjunta da Ceneas, Abess, Sessune (Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social na UNE) no período de 1979 a 1982; na incorporação do conjunto CFAS/Cras no IV CBAS em 1982, já parcialmente renovado pelo processo de democratização, que se ampliou na década de 1990. A esse conjunto de determinações denominamos ‘direção social da profissão’. (ABRAMIDES, 2016, p. 465 e 466)

Esses aspectos analisados por Abramides são fundamentais para compreender como surgiu e se legitimou a direção social que hoje constitui o projeto ético-político profissional. A autora destaca movimentos por meio dos quais essa nova configuração se expressou: experiências profissionais relacionadas ao movimento de reconceituação, marco dos assistentes sociais na luta sindical, fundamentação no método marxista na academia e nas produções intelectuais. Além desses movimentos, é importante destacar o conjunto CFAS/CRAS (atual conjunto CFESS/CRESS) que possibilitou a construção dos

Códigos de Ética Profissional de 1986 e de 1993. Abramides menciona Barraco para afirmar que,

É na efervescência política, acadêmica, teórica, sindical e organizativa que se construiu o Código de Ética Profissional de 1986, no fórum do conjunto CFAS/CRAS, em que, pela primeira vez, os participantes têm a hegemonia marxista e a possibilidade de ruptura com o conservadorismo. O Código de Ética apresentou, porém, uma série de lacunas devido ao pouco amadurecimento teórico-filosófico que pudesse discernir a dimensão ética da dimensão política da profissão, que se articulam, mas possuem natureza própria, e sua superação se fará com o Código de 1993 (BARROCO, 2001 apud ABRAMIDES, 2016, p. 468).

Referindo-se ao Código de Ética de 1993, a autora enfatiza que:

Ao estabelecer sua dimensão histórico-ontológica, que formulou uma direção estratégica que se contrapôs à lógica do domínio do capital; reconheceu a liberdade como valor ético central e de autonomia, expansão e plena emancipação dos indivíduos sociais; contrapôs-se a todas as formas de preconceito e estabeleceu sua opção por um projeto profissional articulado a uma nova ordem societária, sem exploração, dominação e opressão social de classe, gênero, raça, etnia, faixa etária e orientação sexual. Os princípios do Código de Ética são norteadores da formação e do exercício profissional. (ABRAMIDES, 2016, p. 471).

Abramides (2016) também reforça a importância da Lei de Regulamentação da Profissão de 1993 no exercício profissional. “As competências profissionais direcionam-se fundamentalmente aos direitos civis, políticos e sociais, no atendimento aos sujeitos sociais de direitos” (p. 471). Junto a esses processos, a autora aborda as Diretrizes Curriculares de 1996, que são fundamentais para os avanços na formação profissional e organização do projeto pedagógico dos cursos de graduação.

São expressão de um debate articulado pela Abepss com as unidades acadêmicas para superar as lacunas do currículo de 1982. A LDB (Lei de Diretrizes e Bases), em 1996, acabou com currículos e os substituiu por diretrizes, como parte da ‘flexibilização’ prevista na contrarreforma da educação. (ABRAMIDES, 2016, p. 471).

Os três pilares evidenciados anteriormente: Código de Ética de 1993, Lei de Regulamentação da Profissão de 1993 e as Diretrizes Curriculares de 1996 foram enfatizados pela autora como as bases do Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social brasileiro “que se estabeleceu no processo de

ebulição da luta de classes no país em que os profissionais estiveram organicamente vinculados à classe trabalhadora” (p. 470).

No artigo de Iamamoto (2017), que contextualiza o serviço social em tempos de crise econômica e política no país, destaca que o projeto profissional

Nos dá mirada e norte. Ele nos desafia a decifrar a história e acumular forças políticas e competência profissional para sua viabilização com a certeza na frente e a história na mão. Esse projeto vê-se hoje tensionado por projetos societários conservadores, antiliberais e anticapitalistas de diversas matizes. Na atualidade, defronta-se com a forte ofensiva das forças regressivas travestidas nas instituições religiosas, no braço repressivo do Estado, nas organizações corporativas de várias frações da burguesia industrial e agrária e das camadas médias em luta pela hegemonia, na grande mídia, entre outros aparelhos de hegemonia que não podem ser subestimadas. A elas não é imune a categoria profissional. (IAMAMOTO, 2017, p. 19).

Nesse sentido, é pertinente afirmar que o Serviço Social é uma representação de luta e mobilidade por direitos. A profissão passou por diversos processos e conquistas para ser reconhecida e legitimada “dela decorrendo os estatutos legais e éticos que prescrevem uma autonomia teórico-metodológica, técnica e ético-política à condução do exercício profissional” (IAMAMOTO, 2017, p. 27), tornando-se necessário, cotidianamente, romper com padrões conservadores para que não se tenha retrocessos.

2.1 Conservadorismo e alienação no trabalho assalariado

No artigo de Abramides supramencionado destaca-se “o assistente social como trabalhador coletivo em sua condição de assalariamento” (2016, p. 471). Uma condição que influencia a autonomia, a criticidade e a manutenção do agir profissional pautado em sua base teórico-metodológica e ético-política.

Nessa perspectiva analítica identifica-se no artigo de Moraes (2016), sobre “O Serviço Social brasileiro na entrada do século XXI: considerações sobre o trabalho profissional” contribuições ao debate do Serviço Social brasileiro, refletindo sobre as mudanças do capitalismo contemporâneo e as implicações para o trabalho profissional.

Assim, o assistente social [...] enquanto trabalhador assalariado, tem que responder às prescrições institucionais, que redesenham o caminho da burocracia, do empirismo e do imediatismo. Nesses

processos, vê sua relativa autonomia ameaçada, em que se coloca em questão, sobretudo, a dimensão intelectual do trabalho profissional na perspectiva do atual projeto ético-político do Serviço Social. (MORAES, 2016, p. 591)

Moraes considera o Estado “como ‘mediador consumidor’ para criar e garantir meios para que os sujeitos sociais comprem os bens e serviços sociais capazes de satisfazer às necessidades humanas básicas e as criadas pela sociedade do capital” (p.588). Para o autor, tendo o Estado como mediador principal dessa questão, contextualiza-se o neoconservadorismo e as privatizações. “O governo tem respondido às dificuldades de acumulação do capital no contexto de crise por meio de estímulos ao investimento privado via expansão do crédito e redução dos custos tributários para o setor privado”. (Idem).

Os aspectos analisados sobre o aumento da desigualdade social e a privatização asseguram a contratação de força de trabalho por um valor mínimo e sem seguridade ou proteções trabalhistas.

Insegurança no trabalho (através de contratos temporários e/ou com expedientes parciais, condições e relações de trabalho precarizadas e fragilidade dos vínculos de trabalho) [...] baixos salários, submissão às normas do mercado e metas quantitativas que, quando atingidas, denotam eficiência e competência na realização do trabalho. O cenário atual tem se agravado por meio do aumento do desemprego, corte dos gastos públicos, articulação ofensiva entre setor público e privado, transferindo complexos do Estado para a iniciativa privada e instituindo processos ideopolíticos que têm reconfigurado a forma de pensar e agir dos sujeitos, através de sobrevalorização do ter em relação ao ser. (MORAES, 2016, p. 588)

Apreende-se das análises do autor, que para ter esse impacto na (des)valorização do trabalho, as privatizações afetam também a educação. Privatizar e desqualificar a educação é também substituir a criticidade pela necessidade de atender o capital. A educação é precarizada por interesses capitalistas e para manter o sistema conservador dominante do capital,

Os impactos do ‘neoliberalismo do século XXI’ sobre a particularidade da política de educação para o ensino superior [...] aprofunda a privatização interna das universidades públicas e amplia a privatização da educação superior presencial e a distância (Dahmer, 2008), permitindo, assim, a intensificação da desqualificação da formação profissional, sob a aparência de ampliação do acesso ao ensino

superior (Lima, 2008). Nesse caso, a educação move-se estrategicamente a favor da hegemonia do capital, contribuindo para ampliar o processo de superexploração do trabalho, promovido pela reestruturação produtiva (Mészáros, 2005), sofrendo, como direito e política, medidas cada vez mais regressivas, que também estão vinculadas a um ensino de manual e desprovido de criticidade. (MORAES, 2016, p. 589)

A desqualificação da educação reflete-se nas políticas públicas, gera novas demandas e aprofunda as desigualdades sociais, exigindo respostas profissionais dos assistentes sociais que como parte da classe trabalhadora, também são atingidos pelos impactos das privatizações. Os profissionais tem maiores demandas para responder, com consequências nos limites de sua autonomia e de seus valores éticos-políticos.

Uma importante análise de Boschetti pode ser encontrada em seu artigo sobre a crise estrutural do capital, que intensifica as expressões da questão social e reflete no aumento das demandas pelo Serviço Social. Sua avaliação é de que no cenário de crise,

As políticas sociais são os principais alvos da mercantilização, da focalização, da privatização, da transformação de bens e serviços em mercadorias destinadas a manter aquecido o consumo e a competitividade, e sofrem diretamente a ofensiva capitalista em sua permanente busca por superlucros. (2017, p. 65)

No artigo “Agudização da barbárie e desafios ao Serviço Social” Boschetti analisa que o agir profissional do assistente social é mediado pela sua capacidade crítica de analisar, compreender e responder às problemáticas impostas no seu cotidiano, apoiado pelo projeto ético-político do Serviço Social. Para a hegemonia capitalista esta criticidade não é necessária e nem viável, uma vez que dentro dos seus princípios conservadores o que agrega valor são respostas imediatistas, baseadas em quantidade, com os mínimos recursos possíveis, mesmo ainda que essas intervenções sejam ineficazes no longo prazo. Essa postura afeta a leitura da realidade e o trabalho técnico-operativo profissional.

Nesse sentido, retoma-se as reflexões do artigo de Moraes sobre o aprofundamento da imediatividade no trabalho profissional,

Isto é, no contexto atual têm sido ameaçadas as possibilidades de aprofundamento do conhecimento, da tentativa de romper com o absolutamente visível, da pesquisa da realidade social, da intercessão entre a dimensão investigativa e interventiva, do aprofundamento das informações traduzidas na imediaticidade da realidade, da sistematização e estudo dessas informações e do planejamento crítico do trabalho profissional. Essas ameaças decorrem de práticas reduzidas preponderantemente ao imediatismo e com fragilidades nos vínculos com os valores do projeto profissional atual, determinadas pelas atuais exigências do capitalismo a partir das contrarreformas do Estado e suas injunções sobre a reconfiguração das políticas e instituições sociais e nos processos de 'deformação' profissional no ensino público e privado, intensificado pelo EAD nos anos 2000. Tal realidade tem capturado o sêmen do pensamento crítico dos assistentes sociais, limitando-os ao trato da realidade aparente, restrita ao senso comum e desprovida de criticidade na leitura, no diálogo e na intervenção profissional. (MORAES, 2016, p. 591-592)

Moraes (2016), destaca que é preciso lembrar também que o Serviço Social é composto por pessoas únicas, com opiniões, valores, princípios e doutrinas diferentes. "O sujeito vivo, responsável pelo seu trabalho e dependente dele para a garantia de sua sobrevivência" (p.593). Dessa forma, diversificaram-se os projetos políticos que "se desprovido do sentido político construído pelo projeto profissional, significa que esse discurso contribui para a despolitização dos assistentes sociais" (p.595). Nesse processo, segundo o autor, um novo desafio é avançar e persistir na ruptura com o conservadorismo.

A produção de Moraes sobre o assistente social como trabalhador/a que compõe quadros de funcionários dentro de instituições que possuem suas políticas de funcionamento, evidencia profundas contradições do trabalho assalariado, alienado e alienante.

Constrói-se, por parte das instituições contratantes, uma relação esquizofrênica entre profissional com formação generalista, compreensão ampliada dos fenômenos sociais e ações direcionadas ao campo social capaz de solucionar, no plano imediato, os diferentes problemas sociais manifestos no cotidiano institucional, mesmo que rompam os domínios de suas atribuições [...] que também contribuem na intensificação das possibilidades de alienação profissional, distanciando-o de seu projeto de profissão através de uma tensão com sua condição de trabalhador assalariado, ameaçando a dimensão intelectual do trabalho na perspectiva do Projeto Ético-Político Profissional. (MORAES, 2016, p. 597)

É nesta linha tênue entre o cumprimento dos objetivos e metas institucionais e, ao mesmo tempo, lidar com as necessidades sociais da classe operária que o assistente social precisa cirúrgica e minuciosamente atuar. Na

lógica do capitalismo, o trabalhador ideal é aquele que aceita atribuições sem questionar e se submete a fazer mais do que é atribuído, sem ser cobrado ou pago por isso. Os estudos de Moraes indicam que,

Ao operacionalizar esses procedimentos, o profissional também demonstra certa preocupação com os usuários, via caráter humanitário construído pelo ideário capitalista e até religioso, que reforçam a solidariedade e os valores moralizadores da vida social. Assim, os assistentes sociais se tornam cada vez mais enrijecidos pelo trabalho burocrático e pela administração de medidas gerais (presentes na política de assistência social) (2016, p. 599).

No mesmo sentido da reflexão de Moraes situa-se a análise de Iamamoto sobre “80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão”. Iamamoto é assertiva ao analisar que,

O exercício profissional é necessariamente polarizado pela trama de suas relações e interesses sociais. Participa tanto dos mecanismos de exploração e dominação quanto, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência das classes trabalhadoras e da reprodução do antagonismo dos interesses sociais. (2017, p. 19).

Nos artigos analisados essa interpretação do trabalho profissional do assistente social é central. Boschetti, segue a mesma trilha, afirmando ser fundamental apreender que,

Em sua peleja para assegurar direitos e universalizar as políticas sociais, os(as) assistentes sociais são duramente tencionados com exigências institucionais para endurecer critérios de elegibilidade, estabelecer ou ampliar condicionalidades e contrapartidas, focalizar benefícios e prestações assistenciais e previdenciárias, reduzir o nível dos benefícios sociais, desenvolver serviços sem as devidas condições financeiras e institucionais, transferir cuidados e proteção públicos às famílias e/ou organizações não governamentais, entre outras demandas que impõem intransponíveis limites à universalização das políticas e dos direitos. (2017, p. 65)

Os problemas e dimensões do trabalho profissional analisados pelos autores deste tópico são mediados pelo processo de mercantilização da educação, orientada para a acumulação de capital, aumento de redes de ensino privado e a distância, interferindo diretamente na qualidade da formação profissional e no perfil de subalternidade dos profissionais às demandas institucionais e de mercado.

Predomina o ensino privado em instituições não universitárias, o que compromete a integração entre ensino, pesquisa e extensão. Isso ocorre em um contexto no qual o ensino superior passa a ser visto como “negócio educativo”, e não como direito social. Essas características são potenciadas pela expansão acelerada do ensino superior privado — particularmente no EAD — com implicações na qualidade acadêmica da formação, no aligeiramento no trato da teoria, na ênfase no treinamento e menos na descoberta científica. A massificação e a perda de qualidade da formação universitária facilitam a submissão dos profissionais às demandas e ‘normas do mercado’, tendentes a um processo de politização à direita da categoria. (IAMAMOTO, 2017, p. 33).

Os artigos abordam o cenário de avanços do conservadorismo no Brasil, expresso no Governo ultra neoliberal e de extrema direita de Jair Bolsonaro, no período de 2018-2022, o aprofundamento da crise econômica, social e política no país que reeditou desafios já superados. Os autores retratam que nesse contexto as demandas diárias para o assistente social eram defender direitos já conquistados e que não fossem destruídos, mas sim ampliados.

Nessa perspectiva, o Projeto Ético-Político “constitui uma bússola para enfrentar os desafios que a realidade impõe” (BOSCHETTI, 2017, p. 63). A autora afirma ainda que o Serviço Social contradiz a hegemonia dominante e caminha em direção às políticas sociais, mas não se confunde e nem vincula com nenhuma política social, sendo que suas atribuições neste trabalho também dependem de outros fatores.

A contradição perene entre as demandas e lutas por direitos da classe trabalhadora e os ditames da acumulação do capital, que requer a mercantilização de bens e serviços, coloca a profissão no ‘fio da navalha’ dos antagonismos de classe e lhe atribui imenso desafio cotidiano. Colocar-se eticamente em defesa dos direitos da classe trabalhadora é uma postura ético-política e teórica essencial para assegurar a emancipação política, mas não assegura a igualdade substantiva e nem garante a satisfação das necessidades da classe trabalhadora. Essa tensão estrutural se agudiza em tempos de crise, de avanço do conservadorismo, de criminalização das lutas sociais, de destruição e retenção de direitos sociais, e impõe novos e também antigos desafios aos profissionais. (BOSCHETTI, 2017, p. 64)

A falta de conhecimento, tanto das pessoas individuais quanto das empresas, referente às competências e atribuições dos assistentes sociais gera nesse enredo mais uma problemática: desvalorização e desqualificação profissional.

A desregulamentação dos direitos, o endurecimento dos processos de trabalho e a fragmentação das tarefas levam a um processo de diluição das particularidades e especificidades profissionais. Desta forma, muitas vezes o(a) assistente social é chamado(a) a fazer tudo e qualquer coisa, o que implica nítido desrespeito à sua formação e titulação. (BOSCHETTI, 2017, p. 68)

O Projeto Ético-Político Profissional é o que garante uma fundamentação norteada para ruptura com o conservadorismo, na busca por uma sociedade igualitária. Para tanto, faz-se fundamental indagar o que causa a desigualdade social, necessitando ser feita de modo articulado e inteligente. Questionar o poder é uma tarefa desafiadoramente desalienante.

O assistente social deve contar com uma formação acadêmica de qualidade, compreensão, consciência e segurança dos princípios ético-políticos de seu projeto de profissão, que o capacite à leitura crítica da realidade e à criação de estratégias que contribuam para manutenção de seu vínculo empregatício e, ao mesmo tempo, garantidoras de sua relativa autonomia profissional. (MORAES, 2016, p. 599)

Segundo Moraes (2016), a análise institucional pode ser uma aliada do(a) assistente social quando assumida como parte técnica do trabalho. O procedimento em questão norteia a realidade institucional e as respostas mais viáveis de acordo com as demandas que aquele ambiente manifesta, delimitando a postura profissional que o/a assistente social deve estabelecer. Como observado pelo autor, estudar a realidade, planejar mediações, saber se posicionar criticamente, ter domínio do conhecimento teórico,

Contribuem para o respeito às defesas desses profissionais e para ultrapassar a compreensão de que o preenchimento de um formulário de atendimento é apenas um ritual burocrático a ser cumprido [...] operacionalizar políticas coloca o profissional frente a frente com a realidade, desafio e vantagem histórica do Serviço Social. (p. 601)

O profissional precisa ter uma postura de protagonista, sabendo a hora que deve recuar, desvinculando-se do imediatismo. “Esse processo exige trabalhar permanentemente a mediação, compreendendo a inseparabilidade entre reflexão e ação e encarando o desafio da construção de conhecimentos críticos com conhecimentos operativos.” (MORAES, 2016, p. 602)

Participar das lutas de classe, étnica e de gênero, comprometer-se com a defesa de direitos, combater as desigualdades, explorações e defender a classe trabalhadora são princípios constitutivos da postura dos profissionais da área do

Serviço Social que assumem o compromisso com a emancipação humana em tempos de retrocesso e agudização do conservadorismo.

2.2 Serviço Social e os fundamentos da crítica ao conservadorismo

Dos diferentes autores e artigos selecionados apreende-se que o Congresso da Virada (III CBAS, 1979), realizado em um período de declínio da ditadura militar, possibilitou a politização dos Assistentes Sociais, que se organizaram profissionalmente e construíram instituições de ensino fortes. Mota, no artigo “80 anos do Serviço Social brasileiro: conquistas históricas e desafios na atual conjuntura” ressaltando o significado do Projeto Ético-Político do Serviço Social, analisando que

Assim, no período de esgotamento da ditadura civil-militar, a cultura política em andamento à época, protagonizada pela organização sindical, político- -partidária e de vários movimentos sociais, propiciou o nosso Congresso da Virada (1979), somente possível pela politização e organização dos profissionais do Serviço Social e das instituições de ensino. Esse movimento redundou na reforma curricular de 1982 e, posteriormente, na elaboração dos Códigos de Ética, na lei de regulamentação da profissão e na redefinição do papel político dos conselhos federal e regionais de Serviço Social. (MOTA, 2017, p. 45-46)

Iamamoto (2019) no artigo “Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos” remonta a história e memória do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais e os desafios, no atual contexto, de preservar as conquistas do Serviço Social.

Dentre os eixos de preocupações fundamentais do movimento de reconceitualização podem ser salientados: o reconhecimento e a busca de compreensão dos rumos peculiares do desenvolvimento latino-americano; a criação de um projeto profissional abrangente, atento às características latino-americanas, em contraposição ao tradicionalismo; a necessidade de atribuir um estatuto científico ao Serviço Social; a explícita politização da ação profissional, solidária com a libertação dos oprimidos e comprometida com a ‘transformação social’. Tais preocupações canalizam-se para a reestruturação da formação profissional que articule ensino, pesquisa e prática profissional, exigindo da universidade o exercício da crítica e da produção criadora de conhecimento no estreitamento de seus vínculos com a sociedade. (p.446)

O enfraquecimento da ditadura significou um período de declínio do conservadorismo brasileiro e ascensão da democratização, “quando os

movimentos sociais, sindicais e partidários conquistaram direitos inscritos na Constituição Federal de 1988” (MOTA, 2017, p.46).

O cenário que se implantou apresentou novas demandas pelo Serviço Social, sendo necessário conhecimento da realidade e fundamentação ideopolítica para o exercício profissional. A profissão se desvincula radicalmente de sua gênese conservadora, para moldar uma nova compreensão a partir da experiência profissional na realidade.

Nessas três últimas décadas e meia, o Serviço Social ampliou sua função intelectual, como profissão e área de produção do conhecimento, ao construir uma massa crítica de conhecimentos, contribuindo para a formação da cultura profissional — teórica, ética e ideopolítica — que se contrapôs e se contrapõe às iniciativas de construção da hegemonia das classes dominantes, em orgânica articulação, a partir dos finais dos anos 1970, com a esquerda marxista no Brasil [...] a partir dos anos 1980, o Serviço Social passa a ser reconhecido pela sua inserção política e intervenção crítico-pedagógica junto aos movimentos sociais, aos processos político-organizativos urbanos e rurais, pela formulação e execução de políticas sociais, e como articulador do exercício de direitos, de conquistas e lutas sociais. (MOTA, 2017, p. 46-47)

O processo de ruptura com o conservadorismo foi acompanhado, contraditoriamente, por uma realidade neoconservadora. Um retrocesso político, analisado na primeira sessão desta produção, que culmina no impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, e no início do governo ilegítimo de Michael Temer, seguido pelo governo protofascista do ex-presidente Jair Bolsonaro, que favorece o acúmulo de capital. Conseqüentemente, gerando aumento da pobreza, da desigualdade, redução e informalidade de empregos, impactando nas políticas sociais e ampliando nas privatizações. É importante voltar ao artigo de Santos “O enfrentamento conservador da ‘questão social’ e desafios para o Serviço Social no Brasil”, para pensar sobre

A sensação de que o capitalismo esgotou suas possibilidades civilizatórias. Em todos os quadrantes da ‘globalização’, a classe trabalhadora tem se deparado com a crise e com a necessidade de ampliar as vozes da resistência. E essa sensação se generaliza porque em todos os países capitalistas a ‘cartilha’ dos organismos internacionais para superação da crise é a ‘receita’ neoliberal: reduzir a proteção pública ao trabalho, possibilitando maior exploração da força de trabalho, privatizar setores essenciais com potencial de lucratividade e ampliar as margens de apropriação do fundo público pelo capital. (SANTOS, 2019, p. 487)

Sobre esse contexto histórico Farage (2021) no artigo intitulado “Educação superior em tempos de retrocessos e os impactos na formação profissional do Serviço Social”, analisa o ensino remoto emergencial (ERE), no contexto das contrarreformas do Estado e da crise estrutural do capitalismo, sinalizando alguns dos impactos para a formação profissional do Serviço Social, afirmando que:

A política alienante do capital quer impor uma nova cultura, naturalizando um ‘novo normal’ que não encontra sentido nem mais na qualificação da força de trabalho. Afinal, em um mercado de trabalho cada vez mais desestruturado, com cerca de 27 milhões de pessoas, que, segundo o IBGE, não estão trabalhando nem procuraram emprego no último período, com crescente número de desempregados e subempregados, com mais de 50% da força de trabalho inserida no mercado informal, ‘uberizados’, terceirizados ou lançados à própria sorte no mercado do empreendedorismo liberal, parece não ter sentido investir em formação. (p. 49)

As transformações no mundo do trabalho e os retrocessos nos direitos trabalhistas e sociais impactam as condições de vida.

Ao alterarem as formas de contratação com a desestruturação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), impactam nas condições de vida. Conarreformas e transformações que intensificam o processo de precarização das relações de trabalho, ampliando a terceirização, o subemprego e a exploração dos trabalhadores. (FARAGE, 2021, p.51)

Iamamoto no seu artigo faz referência as análises de Bravo para destacar como essa conjuntura impacta as condições de trabalho dos assistentes sociais.

Pressiona baixos salários, instabilidade e desemprego; afeta as atribuições profissionais com a demanda de empregadores na burocratização das ações, o desvio de funções, na solicitação de apassivamento dos sujeitos com quem trabalhamos. Desafia o trabalho cotidiano; o efetivo trabalho socioeducativo, reflexivo com indivíduos e grupos refletindo o impacto das contrarreformas afetam suas condições de vida e de trabalho; o estímulo à organização e participação dos sujeitos em fóruns, conselhos de direitos e de políticas e conferências pressionando para que se realizem; a organização e participação junto com a classe trabalhadora na mudança dessas condições perversas que estamos vivendo. (BRAVO, 2019 apud IAMAMOTO, 2019, p. 457-458).

A precarização do trabalho aprofunda a exploração por meio da informalidade, terceirização, intensificação e aplicação de tecnologia que gera no cotidiano uma nova morfologia do trabalho. Camargo, no artigo “Relações e condições de trabalho do assistente social na atualidade: a proletarização da profissão” apresenta uma abordagem sobre tendências em curso na ação

profissional através da tese da proletarização, que indica a precarização, a informalidade, a intensificação e a terceirização do trabalho, objetivado em níveis salariais baixíssimos, contratos temporários, subcontratação, espaços insalubres, sobrecargas, adoecimentos e humilhações.

Camargo define esse cenário como “Um mosaico que aprofunda o desemprego, os adoecimentos, os assédios, as humilhações, as condições sub-humanas de reprodução no mercado, cujo registro é o maior empobrecimento dos trabalhadores” (2021, p. 494).

No artigo de Iasi intitulado “O Serviço Social aos 80 anos diante de um novo Brasil”, como historiador e Professor adjunto da Escola de Serviço Social da UFRJ, discute os 80 anos do Serviço Social no Brasil, destacando o encerramento de um período histórico aberto com a crise da autocracia burguesa e o processo de democratização que se seguiu nas décadas de 1980 e 1990. Analisa o desfecho que interrompe os treze anos de governos petistas de coalizão de classes, destacando a compreensão sobre o caráter do Estado burguês sobre a natureza e os limites da disputa de hegemonia que predominou nas forças progressistas no período analisado.

Aos 80 anos o Serviço Social não pode se salvar ou salvar nossa classe da derrota e de suas consequências. No entanto, podemos vivê-la de forma substancialmente diversa de boa parte de nossa classe, por compreender a natureza da sociedade capitalista, da luta de classes, da necessidade de lutar nos marcos da emancipação política sem perder o horizonte da emancipação humana. Não é muito, mas não é pouca coisa [...] logo mais nossa classe reencontrará o caminho de sua independência e poderá contar com os esforços daqueles que não se renderam à acomodação e à barbárie. (IASI, 2017, p.83-84)

A título de síntese do capítulo, ressalta-se que o estudo dos artigos que o compõe possibilita compreender que o Serviço Social iniciou a partir da necessidade das classes dominantes e se insubordinou contra ela para direcionar o seu projeto ético, político e profissional. Essa postura profissional desalienante requer romper cotidianamente com o conservadorismo. Para tanto, é necessário problematizar, ter fundamentos teórico-metodológicos, aprimorar a capacidade intelectual, conhecer a realidade, defender cotidianamente os princípios ético-políticos que guiam a profissão para dentro dos limites impostos e não se reduzir a um trabalho “técnico”.

Um ponto central observado pelos analistas dos artigos é que os questionamentos em relação à formação, finalidade e fundamentos da profissão devem acompanhar o profissional no seu cotidiano, atravessado pela exploração e a necessidade de garantir respostas aos interesses de classes. Independente do projeto profissional adotado é necessário afirmar o Serviço Social na sua dimensão política, educativa, cultural e ética, é uma profissão legitimada pela Lei de Regulamentação da Profissão (1993), pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (1996) e pelo Código de Ética do Assistente Social (1993).

Concluindo provisoriamente estas reflexões apreende-se que a realidade vivenciada atualmente exige profissionais qualificados, com conhecimento da sua organização, qualificação e educação política. Não retroceder no Serviço Social questionando a restrição de mecanismos tecnocráticos. “O desafio é manter com garra a luta pela hegemonia no Serviço Social como profissão e como disciplina científica” (IAMAMOTO, 2019, p. 456).

Nos estudos dos autores avalia-se a importância da capacidade intelectual para o enfrentamento da desigualdade perante a alienação e os limites impostos à ação profissional na realidade sociopolítica brasileira, que tende a ampliar os fenômenos, objetos e campo de trabalho da realidade do Serviço Social, exigindo problematização e fundamentação teórico metodológica no agir profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante quase cinco décadas o Serviço Social é marcado pelo conservadorismo inicialmente ligado à Igreja Católica e posteriormente pelo positivismo a partir do processo de revisão da profissão. Em sua gênese o Serviço Social foi criado para atender aos interesses da burguesia, os profissionais da assistência social eram capacitados para intervir na cura, ajustamento e adequação da sociedade conforme os padrões de normalidade constituídos pelo pensamento conservador e católico. Por um período consideravelmente longo, devido ao perfil e projeto político-pedagógico conservador, o trabalho do assistente social foi associado às práticas de caridade, ajuda e benevolência.

Identificar o Serviço Social, nos tempos atuais, com a perspectiva de caridade não cabe mais na direção profissional que passou a constituir a profissão, direção essa que continua em construção por parcela dos profissionais. Cinquenta dos mais de oitenta anos do Serviço Social como profissão é marcado pelo processo de ruptura com o conservadorismo.

A partir de 1940 houve um esforço de revisão da profissão e busca de tecnicidade, com a influência da metodologia norte-americana e o pensamento modernizador. Seguindo os anos de 1960 iniciou-se, novamente, um processo de renovação da profissão no Brasil se manifestou com desenvolvimento de diferentes projetos profissionais: vertente modernizadora nos documentos de Araxá e Teresópolis, fenomenológica caracterizada pela rejeição ao positivismo presente na vertente modernizadora e teoria social de Marx, concluindo o período com intenção de ruptura que só conquistou sua proeminência a partir de 1979 com o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), conhecido como o “Congresso da Virada”.

Em 1983 foi criado a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e o MST (Movimento dos Trabalhadores sem Terra), em 1984. Entre 1977 e 1988, os sindicatos de categoria cumpriram um papel classista e de luta, mas em 1992 foi extinto dando lugar aos sindicatos por ramo de atividade econômica. A junção do conjunto CFAS/CRAS (atual conjunto CFESS/CRESS) no IV CBAS em 1982 possibilitou a construção dos Códigos de Ética Profissional de 1986 e de 1993

que com a Lei de Regulamentação da Profissão de 1993 e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 legitimam o Projeto Ético-Político que constitui a profissão atualmente. Toda essa breve retomada da trajetória da profissão é representativa da sua história de luta e organização de assistentes sociais brasileiros para romper com uma concepção conservadora de profissão e resistir aos retrocessos societários.

Para o projeto profissional de ruptura com o conservadorismo é essencial a análise da conjuntura do período priorizado nesta monografia, 2016 à 2020. Uma conjuntura de aumento da desigualdade social e privatizações que atingem a educação e o trabalho na sociedade brasileira. Os artigos analisados abordam os ataques à educação como direito e a precarização do trabalho que aprofunda a exploração.

A crise estrutural do capital intensifica as expressões da questão social e reflete no aumento das demandas para o Serviço Social ao mesmo tempo que a capacidade crítica de analisar, compreender e responder às problemáticas é inviável do ponto de vista conservador, que exige respostas imediatistas, baseadas em quantidade. As análises desenvolvidas no capítulo dois da monografia evidenciam que a falta de conhecimento, tanto das pessoas individuais quanto das empresas, referente às competências e atribuições dos assistentes sociais representa mais uma problemática: desvalorização e desqualificação profissional.

O Projeto Ético-Político Profissional é o que garante uma fundamentação norteada para ruptura com o conservadorismo, na busca de uma sociedade igualitária. Em tempos de ascensão conservadora faz-se necessário qualificar o agir profissional, analisado por Abramides (2016), que se contrapõe à hegemonia capitalista, que tem como valor central a liberdade, que busca emancipação social, isolado de preconceitos, exploração, dominação e opressão de classe, gênero, raça, etnia, faixa etária e orientação sexual. Como orientado por Iamamoto (2017, 2019) o exercício profissional do Serviço Social possui um estatuto científico, autonomia teórico-metodológica, técnica e ético-política para conduzir e garantir a direção estratégica emancipatória na qual o Serviço Social vem se orientando para romper com o conservadorismo.

O Serviço Social é um/a trabalhador/a do exercício de direitos, de conquistas e lutas sociais, possui inclusão política e intervém de maneira crítico-pedagógica junto aos movimentos sociais, articula, fundamenta e defende a ética e a liberdade, enfrenta a desigualdade, dispõe com a classe trabalhadora a partir da sua inserção na divisão sociotécnica do trabalho. É necessário cotidianamente manter um posicionamento fundamentado no projeto profissional e reafirmar a identidade do Serviço Social quando rompe com o conservadorismo de sua gênese e assume o compromisso com a defesa de uma sociabilidade igualitária e libertária.

Nesse sentido, o período de 2016 a 2022 retrata o golpe que colocou fim no governo de Dilma (2016) e instaurou a evolução do neoconservadorismo com características do neofascismo a partir do governo Temer (2016-2018) e do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). Os estudos demonstram que o golpe do impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016 representou a retomada de uma agenda conservadora para o cenário político do Brasil, que só se agravou e resultou em precarizações, proletarização, privatizações e contrarreformas nas condições e relações da educação e do trabalho, com o aumento da desigualdade social. Os assistentes sociais como parte da classe trabalhadora não se obstem das consequências dessas contrarreformas impostas pelo Estado, vivenciando o seu efeito no ambiente de trabalho, na autonomia profissional, na informalidade e nos salários.

Neste período, ressalta-se as análises realizadas por Braz (2017) referente ao conservadorismo nas relações sociais, no mercado de trabalho, nas políticas sociais e em mais diversas áreas, que é velada por uma instável democracia burguesa. A democracia é limitada, por ser uma democracia burguesa. Dentro desta democracia burguesa se tem o conservadorismo de uma forma velada.

Por isso talvez tenhamos que somar esforços no sentido de encontrar meios que possam construir, pelo menos no plano tático, um campo de unidade entre as forças democráticas e progressistas presentes não apenas nos organismos de classe dos trabalhadores, mas também entre setores mais amplos que se disponham a uma luta conjunta contra a reação conservadora. Diante desse quadro de temeridades, devemos ter em mente todas as variáveis das lutas de classes que se aprofundam nos cenários de crise de hegemonia em conjunturas

recessivas, como já lembramos a partir de Gramsci. Precisamos tê-los em mente para saber como enfrentar suas tendências consequências de fragmentação dos interesses que só favorecem aos particularismos de todo tipo, inclusive no seio das forças de esquerda. (BRAZ, 2017, p. 102)

O pensamento conversador é contrarrevolucionário, o conservadorismo entende a revolução, a luta para buscar mudanças na estrutura desigual da nossa sociedade, como sinônimo de desorganização. O conservadorismo utiliza da religião e princípios pessoais para velar seus preconceitos e justifica a desigualdade social e a acumulação exacerbada da minoria burguesa como conquista por meritocracia. No conservadorismo a desigualdade social é vista como algo natural e positivamente constituído. Dessa forma a política deve ser feita pela burguesia pois estes por natureza divina são favoráveis a manutenção da ordem.

A partir do período do golpe de 2016 fica clara a ressurgência de um neoconservadorismo com características do neofascismo, principalmente, no cenário político. O golpe de 2016 se instaura devido a necessidade de acelerar o fortalecimento das forças conservadoras através da concretização de retrocessos de direitos para a classe trabalhadora. Para a classe dominante o avanço social representa ameaça para seu poder e acumulação do capital. O governo Dilma, ainda que respondesse aos interesses econômicos da classe dominante, não excluía a classe trabalhadora e nem rebaixava direitos já conquistados através das lutas, buscando atender também às necessidades sociais. É preciso deixar claro que a democracia tem seus limites, mesmo que a sociedade eleja alguém para governar, este só permanece se for vantajoso para a classe dominante.

Temer, empossado após o impeachment de Dilma Rousseff, desde o seu primeiro discurso deixa entendível seu posicionamento neoconservador através da sua intenção de privatização, uma vez que esta representa crescimento do acúmulo de capital, tira a responsabilidade do Estado e inibe os direitos do trabalhador. Dessa maneira, o neoconservadorismo espalha-se por todos os segmentos da sociedade brasileira. Após o fim do governo Temer em 2018, foi eleito o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). Um governo que desde as eleições deixou explícito suas ideias fascistas, justificadas em cima de um

neoconservadorismo que serve para manter a ordem, defendendo a religião, o patriotismo e um modelo de família patriarcal.

O cenário foi agravado quando o estado de pandemia de coronavírus foi declarado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020. O contexto em que se desenvolveu a pandemia no Brasil, eclodiu uma conjuntura de problemas na economia e na política que já vinha se desdobrando desde o golpe de 2016, gerando agravamento das condições de desigualdade social estrutural. O cenário de avanços do conservadorismo no Brasil, expresso no Governo ultra neoliberal e de extrema direita de Jair Bolsonaro, no período de 2018-2022, aprofundou a crise econômica, social e política no país, reeditando desafios já superados.

Em consonância com as indagações e questionamentos advindos do estágio curricular obrigatório e que fomentaram a proposta da pesquisa e da monografia, entende-se que é fundamental dar continuidade ao aprofundamento no conhecimento sobre as particularidades da cultura profissional teórica, ética e ideopolítica e a realidade sócio-histórica capitalista e a conjuntura nacional, na perspectiva crítica e de ruptura com o conservadorismo.

REFERÊNCIAS

ABESS/CEPESS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social (com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). **Caderno Abess**, São Paulo, n. 7, Cortez Editora, nov. 1997.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 127, p. 456-475, set./dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/sdGtjJNHJQrfKn5zZKf4Sd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 de out. 2023.

BARROCO, Maria Lúcia da S. Direitos humanos, neoconservadorismo e neofascismo no Brasil contemporâneo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 143, p. 12-21, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/zjrwPzBctDGqj84D74Vg4cv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 de out. 2023.

BOSCHETTI, Ivanete. Agudização da barbárie e desafios ao Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 54-71, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/LPjQQGPrjNGJ6ZnCsKmn3wx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 de out. 2023.

BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti. Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem?. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 140, p. 66-83, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/Wbf86mT4vwX6HvnSyRy3kkD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 de out. 2023.

BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 85-103, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/J74WJRdJH6sHMHC9MhSDc8Q/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 de out. 2023.

CALIL, Gilberto Grassi. A negação da pandemia: reflexões sobre a estratégia bolsonarista. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 140, p. 30-47, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/ZPF6DGX5n4xhfJNTypm87qS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 de out. 2023.

CAMARGO, Maria Angelina B. de Carvalho de A. Relações e condições de trabalho do assistente social na atualidade: a proletarização da profissão. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 142, p. 508-528, set./dez. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/jg4F8Xsmf8m3nFhFwfW493n/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 de nov. 2023.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. 80 anos de formação em Serviço Social: uma trajetória de ruptura com o conservadorismo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 127, p. 430-455, set./dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/j87K7xkFQgWzfNDGpqr8hnd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 de out. 2023.

CFESS. **Código de Ética do Assistente Social**. Brasília : CFESS, 1993.

FARAGE, Eblin. Educação superior em tempos de retrocessos e os impactos na formação profissional do Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 140, p. 48-65, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/vqzxmknYDzYpLKH5rwG4Ttc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 de nov. 2023.

IAMAMOTO, Marilda Villela. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 13-38, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/qJzFVXRhjD6LzNSSXWzCvdR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 de out. 2023.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 136, p. 439-461, set./dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/RJ3mPJQ8Qk8WJRbLRph8Kz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 de nov. 2023.

IASI, Mauro Luis. O Serviço Social aos 80 anos diante de um novo Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 74-84, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/CjH9MtHMcFq5m3MbRdKtFqf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 de nov. 2023.

MORAES, Carlos Antonio de Souza. O Serviço Social brasileiro na entrada do século XXI: considerações sobre o trabalho profissional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 127, p. 587-607, set./dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/mXcmbGVxMFzHYVMxKwZ9tDb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 de out. 2023.

MOTA, Ana Elizabete. 80 anos do Serviço Social brasileiro: conquistas históricas e desafios na atual conjuntura. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 72-84, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/FFZHrwPtzhMZW5qDVKgRChd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 de nov. 2023.

PASSOS, Rachel Gouveia. Trabalho, cuidado e sociabilidade: contribuições marxianas para o debate contemporâneo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 126, p. 281-301, mai./ago. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/QLCTvGtcmzhx74rfNQgRLGS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 de out. 2023.

OVG. **Quem somos**. Disponível em: https://www.ovg.org.br/site/?page_id=2.

Acesso em 05 dez. 2023.

RAICHELIS, Raquel; ARREGUI, Carola C. O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 140, p. 134-152, jan./abr. 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/MVGcWc6sHCP9wFM5GHrpwQR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 de out. 2023.

ROCHA, Mirtes Andrade Guedes Alcoforado da. Monografia Final. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências profissionais**. Pernambuco: Editora Universitária UFPE, 2009. Disponível em:

<https://pt.scribd.com/doc/181430793/37-ROCHA-Mirtes-Monografia-Final>.

Acesso em: 05 de dez. 2023.

RUSSO, Gláucia Helena Araújo Russo; SALES, Mizzaely Suianny Lacerda de; AGUIAR, Kyslaine Rodrigues de. Infância, adolescência e juventude: produção do conhecimento na Serviço Social & Sociedade. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 21, n.2, p. 608-631, jul./dez. 2021.

SANTOS, Josiane Soares. O enfrentamento conservador da “questão social” e desafios para o Serviço Social no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 136, p. 484-496, set./dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/s5hCHJNz73c6cvJLZ7yNFDH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 de nov. 2023.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. Edmund Burke e a gênese conservadorismo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 126, p. 360-377, mai./ago. 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/GqXmyVz6Ws4v9dqnfdbgXNC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 de out. 2023.

YAZBEK, Maria Carmelita; MARTINELLI, Maria Lúcia; WANDERLEY, Mariangela B.; RAICHELIS, Raquel. Revista Serviço Social & Sociedade e os 80 anos do Serviço Social Brasileiro: a marca da renovação. SILVA, Maria Liduína de Oliveira e. **Serviço social no Brasil: história de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016, p.345-364.